

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Administrativo

Analista (Área Judiciária)

Banca: FGV

Período: 2010 – 2015

Sumário

Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo	3
Princípios da Administração Pública	4
Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.....	5
Ato administrativo	6
Organização Administrativa	14
Poderes da Administração	19
Responsabilidade Civil do Estado	26
Controle da Administração.....	33
Bens Públicos	35
Agentes Públicos	37
Improbidade administrativa.....	44
Serviços públicos	47
Processo Administrativo	52
Licitações	55
Contratos Administrativos.....	72
Intervenção do Estado na Propriedade Privada	75
Gabarito	79

Conceito e Fontes do Direito Administrativo

1) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

O conjunto de órgãos, funcionários e procedimentos utilizados pelos três poderes que integram o Estado, para realizar as funções econômicas e os papéis que a sociedade lhe atribuiu, é denominado

- a) Administração Social.
- b) Administração Pública.
- c) Administração Econômica.
- d) Administração Cidadã.
- e) Administração Científica.

2) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação ao sentido da expressão Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Administração Pública, em sentido formal, relaciona-se à pessoa que executa atividades da administração.

II. Administração Pública, em sentido material, relaciona-se à atividade administrativa desempenhada pelo Estado.

III. Administração Pública, em sentido subjetivo, relaciona-se às pessoas jurídicas que executam a Administração Pública em sentido objetivo, às atividades de execução desempenhadas pelo Estado.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e a III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e a III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Princípios da Administração Pública

3) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A administração, revendo interpretação de determinada lei, suprimiu direitos adquiridos por servidores. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) A atitude é correta pois a administração pode agir da forma mencionada com base na autotutela.
- b) A administração agiu corretamente com base no princípio da indisponibilidade do interesse público.
- c) A administração agiu corretamente com base no princípio da impessoalidade.
- d) A administração agiu corretamente com base no princípio da supremacia do interesse público.
- e) A administração agiu incorretamente, pois violou a segurança jurídica.

4) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A administração pública interpretou uma determinada lei, reconhecendo que determinado grupo de pessoas não deve ser tributado. Posteriormente alterou essa interpretação e quer cobrar o tributo dessas pessoas de forma retroativa. Tal atitude é vedada pelo nosso ordenamento jurídico.

Assinale a alternativa que indica o princípio que possui ligação direta e imediata com essa vedação.

- a) Indisponibilidade do interesse público.
- b) Segurança jurídica.
- c) Impessoalidade.
- d) Supremacia do interesse público.
- e) Autotutela.

5) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 2014

Maria, diretora de determinada creche municipal, recusou o pedido de matrícula do menor Caio, de 3 anos, com o argumento de que a criança não tinha idade para ser matriculada. Na semana seguinte, a direção da creche foi modificada, assumindo Fernanda. A nova diretora, argumentando que a Constituição da República estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, declarou a invalidade do ato administrativo que indeferiu a matrícula e matriculou Caio na creche. A Administração Pública é autorizada a rever seus próprios atos, inclusive declarando a nulidade dos ilegais, pelo princípio administrativo da:

- a) nulidade;
- b) autotutela;
- c) segurança jurídica;
- d) eficiência;
- e) moralidade.

6) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - Apoio Judiciário e Administrativo - 2014

Antônio, Presidente da Câmara Municipal, utilizou servidores públicos municipais lotados formalmente em seu gabinete para prestarem, de fato, serviços para fins particulares em sua fazenda, em Município do interior do Estado, no horário que seria de expediente. Após regular processo judicial, Antônio foi condenado por ato de improbidade administrativa, por violação a vários dispositivos da Lei 8.429/92, dentre eles por ter praticado ato que atentou frontalmente contra os princípios da administração pública da:

- a) igualdade e publicidade;
- b) impessoalidade e moralidade;
- c) legalidade e motivação;
- d) eficiência e publicidade;
- e) moralidade e autotutela.

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

7) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

De acordo com a Lei n. 12.527/11, os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigorarão a partir da data de sua produção. Assinale a afirmativa que os indica.

- a) Ultrassecreta: 20 anos / secreta: 15 anos / reservada: 10 anos.
- b) Ultrassecreta: 30 anos / secreta: 15 anos / reservada: 5 anos.
- c) Ultrassecreta: 35 anos / secreta: 15 anos / reservada: 10 anos.
- d) Ultrassecreta: 25 anos / secreta: 15 anos / reservada: 5 anos.
- e) Ultrassecreta: 25 anos / secreta: 20 anos / reservada: 5 anos.

8) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, as informações pessoais, independentemente de classificação de sigilo, terão seu acesso restrito pelo prazo máximo de

- a) 25 anos, a contar da data de produção.

- b) 30 anos, a contar da data de produção.
- c) 50 anos, a contar da data de produção.
- d) 70 anos, a contar da data de produção.
- e) 100 anos, a contar da data de produção.

9) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas. Essa Comissão tem competência para:

- a) prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado.
- b) prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo indeterminado.
- c) Prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, somente por prazo variável.
- d) Prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, por prazo prorrogável.
- e) Prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, por prazo de 60 anos.

Atos Administrativos

10) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Sobre o conceito de ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato administrativo é uma manifestação bilateral de vontade.
- b) O ato administrativo produz um efeito jurídico intencionado pela administração pública.
- c) O ato administrativo produz efeitos, ainda que não haja intenção da administração na produção desses efeitos, como por exemplo a morte de um servidor.
- d) O ato administrativo é regido pelo regime jurídico de direito privado.
- e) O ato administrativo e o fato administrativo são sinônimos.

11) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação aos elementos do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) A finalidade pode ser considerada sob o ponto de vista mediato ou imediato.
- b) A incapacidade do sujeito não compromete a validade do ato administrativo.
- c) A motivação do ato administrativo integra o elemento finalidade.
- d) O ato administrativo não pode ser criado sem definir sua finalidade.
- e) O ato administrativo não pode ser criado sem definir sua competência.

12) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Público.

Assinale a alternativa que relaciona os elementos ou requisitos do ato administrativo.

- a) Legalidade, finalidade, forma, motivo e objeto ou conteúdo.
- b) Competência, impessoalidade, forma, motivo e objeto ou conteúdo.
- c) Finalidade, competência, moralidade, motivo e eficiência.
- d) Competência, finalidade, forma, motivo, objeto ou conteúdo.
- e) Forma, competência, finalidade, motivo e eficiência.

13) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são elementos ou requisitos do ato administrativo

- a) agente, conteúdo, forma, prazo e objetivo.
- b) agente, motivação, conteúdo, prazo e finalidade.
- c) competência, objeto, forma, motivo e finalidade.
- d) competência, objetivo, publicação, forma e motivação.
- e) parte, objeto, forma, fundamentação e publicação.

14) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

O atributo do ato administrativo, considerado uma garantia para o particular porque impede a Administração de agir de forma discricionária, é denominado

- a) Presunção de legitimidade e veracidade.
- b) Autoexecutoriedade.
- c) Discricionariedade.
- d) Imperatividade.
- e) Tipicidade.

15) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Mariana, ocupante de cargo efetivo de analista judiciário, especialidade Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, presenciou determinada situação no corredor do fórum, em frente à sala de audiências da Vara de Família, envolvendo as partes que aguardavam a próxima audiência. Por ordem do meritíssimo juiz, Mariana lavrou termo de

informação circunstanciada narrando o que presenciou. Esse ato administrativo de cunho declaratório é revestido de presunção relativa de que os fatos ali constantes são verdadeiros e de que tal ato foi praticado de acordo com a lei. Tal atributo ou característica do ato administrativo é chamado pela doutrina de Direito Administrativo como presunção de:

- a) veracidade e legitimidade;
- b) imperatividade e legalidade;
- c) autoexecutoriedade e legitimidade;
- d) tipicidade e imperatividade;
- e) coercibilidade e legalidade.

16) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - Apoio Judiciário e Administrativo - 2013

Os atos administrativos são praticados por agentes dotados de parcela do Poder Público e, por isso, estão revestidos de certas características ou atributos que os tornam distintos dos atos de direito privado em geral. É exemplo de atributo do ato administrativo, a:

- a) presunção de legitimidade, segundo a qual existe presunção absoluta de que o ato foi praticado em conformidade com a lei;
- b) imperatividade, segundo a qual o ato administrativo se impõe à própria Administração Pública, incluindo seus agentes e excluindo terceiros particulares que não tenham expressamente concordado;
- c) autoexecutoriedade, segundo a qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- d) autotutela, segundo a qual o ato administrativo se impõe de forma coercitiva à própria Administração Pública e a todos os administrados;
- e) discricionariedade, segundo a qual todos os elementos do ato administrativo estão previstos em lei e o agente público não possui liberdade para aferir a oportunidade e conveniência na escolha do momento da prática do ato.

17) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação à exequibilidade do Ato Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato pode ser pendente e eficaz.
- b) O ato pode ser perfeito e ineficaz.
- c) O ato pode ser imperfeito e pendente.
- d) O ato pode ser imperfeito e exaurido.
- e) O ato pode ser pendente e exaurido.

18) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Rodrigo obteve, de um Município da Região dos Lagos, autorização de uso para instalar seu quiosque particular em espaço público, para venda de lanches, sem prazo determinado. Um ano depois, a municipalidade revogou o ato, porque resolveu construir no local uma pista para ciclistas. Inconformado, Rodrigo buscou assistência jurídica, ocasião em que foi informado de que a autorização de uso é ato administrativo

- a) vinculado, não podendo o poder público municipal revogar o ato, exceto por vício de legalidade, cuja análise pode ser feita tanto pelo Administrador como pelo Poder Judiciário.
- b) vinculado e precário, podendo o poder público municipal revogar o ato de acordo com o interesse público, desde que promova a devida indenização, não sendo possível o mesmo pelo Poder Judiciário, que apenas analisa, quando provocado, a legalidade da medida.
- c) discricionário, bilateral e precário, sendo possível a revogação pelo Município ou pelo Poder Judiciário, que têm liberdade para agir com oportunidade e conveniência, desde que atendido o interesse público.
- d) discricionário, unilateral e precário, sendo possível a revogação pelo Município, que tem liberdade para agir com oportunidade e conveniência, desde que atendido o interesse público, não sendo possível o mesmo pelo Poder Judiciário, que apenas analisa, quando provocado, a legalidade da medida.
- e) discricionário, bilateral e precário, podendo o poder público municipal revogar o ato de acordo com o interesse público, desde que promova a devida e prévia indenização, cabendo ao Poder Judiciário, quando provocado, analisar tão somente a legalidade da medida.

19) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 2014

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto ao critério da liberdade de ação, os atos administrativos podem ser classificados como:

- a) discricionários, que ocorrem quando o administrador possui liberdade para valoração da conduta, que incide sobre os elementos da forma, competência e finalidade do ato;
- b) declaratórios, que ocorrem quando o administrador pode agir com oportunidade e conveniência para alterar uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos;
- c) revogáveis, que são aqueles em que o administrador pode delegar a terceiros a prática do ato, podendo a qualquer tempo retomar sua competência, por meio da avocação;
- d) irrevogáveis, que são aqueles em que o agente não possui liberdade de valoração da conduta, não podendo agir com juízo de oportunidade e conveniência;
- e) vinculados, que ocorrem quando o agente se limita a reproduzir os elementos que a lei previamente estabeleceu, não havendo liberdade de apreciação da conduta.

20) FGV - MPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Sobre o ato administrativo discricionário, é correto afirmar que:

- a) o agente público não tem liberdade de valorar a oportunidade e a conveniência na sua prática;
- b) pode ser revogado pelo Poder Judiciário e pela própria Administração, em razão de sua prerrogativa de autotutela;
- c) pode ser invalidado por vício de legalidade exclusivamente pelo Poder Judiciário;
- d) o agente público tem liberdade de valoração sobre seu motivo e objeto, respeitado o interesse público;
- e) o agente público não tem liberdade de apreciação de conduta, reproduzindo os elementos que a lei previamente estabeleceu.

21) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

Em relação ao ato administrativo discricionário, é correto afirmar que:

- a) pode ser invalidado e revogado tanto pelo Poder Judiciário como pela própria Administração, por razões relacionadas, respectivamente, à legalidade e ao mérito do ato;
- b) o administrador possui liberdade para agir com oportunidade e conveniência em todos os seus elementos (sujeito, motivo, objeto, forma e finalidade);
- c) pode ser revogado por motivos de oportunidade e conveniência pelo Poder Judiciário, em razão de seu atributo da autotutela;
- d) pode ser revogado ou invalidado apenas pela própria Administração, pela prerrogativa da autotutela, não podendo sê-lo pelo Poder Judiciário;
- e) a liberdade de o administrador aferir a oportunidade e conveniência não está presente em todos os seus elementos, pois a lei impõe limitações, em especial na competência, forma e finalidade.

22) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Assinale a alternativa que indica como o Estado atua contra um ato ilegal.

- a) pela renúncia.
- b) pela anulação.
- c) pela revogação.
- d) pela contraposição.
- e) pela extinção objetiva.

23) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Leia o fragmento a seguir.

“A Administração deve _____ seus próprios atos, quando eivados (contaminado) de vício de _____, e pode _____ por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) revogar - legalidade - anulá-los
- b) anular - regularidade - revogá-los
- c) anular - legalidade - revogá-los
- d) revogar - favorecimento - anulá-los
- e) anular - favorecimento - revogá-los

24) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

O ato administrativo, como forma de manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, pode ser extinto de várias formas. A revogação é uma das formas de extinção e leva em consideração a reavaliação de critérios de conveniência e oportunidade. Sobre a revogação do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Poder Judiciário não pode revogar ato administrativo praticado por órgão de outro poder.
- II. A revogação produzirá efeito ex nunc.
- III. Em princípio, a revogação de um ato administrativo que revogava ato anterior não restaura o primeiro ato revogado.

Assinale se:

- a) somente I e II são verdadeiras.
- b) somente I e III são verdadeiras.
- c) somente II e III são verdadeiras.
- d) todas são verdadeiras.
- e) nenhuma é verdadeira.

25) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - Analista Jurídico - 2015

Fernando, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, requereu sua remoção para outro departamento no dia 01/02/15. A autoridade competente deferiu seu pleito, com efeitos a partir do dia 01/05/15. Ocorre que, no dia 01/04/15, com base em estudos estratégicos complementares, a mesma autoridade revogou tal ato, alegando excesso de pessoal no departamento de destino e carência no órgão de origem. Inconformado, Fernando impetrou mandado de segurança, pretendendo concretizar sua remoção. No caso em tela, ao servidor Fernando:

- a) assiste razão, porque o Judiciário pode, em regra, revogar os atos administrativos inoportunos, mediante o controle de seu mérito;
- b) assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado que somente pode ser anulado pelo Poder Judiciário;
- c) não assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado que somente pode ser anulado pelo próprio Administrador;
- d) não assiste razão, porque, pelo atributo da discricionariedade, o Administrador e o Poder Judiciário podem rever o ato administrativo e anulá-lo caso seja inoportuno;
- e) não assiste razão, porque, pelo atributo da autotutela, o Administrador pode rever seu próprio ato discricionário e revogá-lo caso seja inoportuno.

26) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

O ato administrativo pode muitas vezes ser acometido de vícios. Todavia é possível que esse ato não seja necessariamente anulado. Tendo em vista a anulação e a convalidação do ato administrativo assinale a alternativa correta.

- a) a convalidação gera efeito retroativo ao contrário do que ocorre, em regra, com a anulação.
- b) tanto a convalidação quanto a anulação produzem efeitos retroativos, em regra.
- c) tanto a convalidação quanto a anulação, em regra, não produzem efeitos retroativos.
- d) a anulação, em regra, produz efeito retroativo ao contrário da convalidação.
- e) a convalidação poderá ser feita pela própria administração ao contrário da anulação que necessita de intervenção judicial.

27) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2013

José da Silva, servidor público federal, requereu suas férias, mediante formulário específico, para o mês de junho. Por algum equívoco, seu pedido não foi analisado por seu chefe competente para o deferimento ou indeferimento, mas pelo encarregado de outro setor, que, desatento, as deferiu. José da Silva, então, saiu de férias, e, no terceiro dia, seu chefe, que nada sabia a respeito das férias e, naquela altura, estranhava a ausência do zeloso servidor, descobriu o equívoco.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) José da Silva deverá retornar ao serviço, tendo em vista o vício insanável no ato administrativo que deferiu as férias.
- b) José da Silva poderá prosseguir com suas férias, ainda que instado a retornar ao serviço, tendo em vista sua boa-fé.
- c) É possível a convalidação do ato administrativo que deferiu as férias a José da Silva, com efeitos retroativos.
- d) É possível a convalidação do ato administrativo que deferiu as férias a José da Silva, sem efeitos retroativos, devendo as ausências do servidor ser descontadas como faltas ao serviço.
- e) Não há qualquer vício no ato administrativo que deferiu as férias do servidor, pois a competência é extrínseca ao ato.

28) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2014

O Estado do Rio de Janeiro, observadas as formalidades legais, firmou ato de permissão de uso de bem público com particular, para exploração de uma lanchonete em hospital estadual. No mês seguinte, o Estado alegou que iria ampliar as instalações físicas do hospital e revogou a permissão de uso. Passados alguns dias, comprovou-se que o Estado não realizou nem nunca teve a real intenção de realizar as obras de expansão. Em razão disso, o particular pretende invalidar judicialmente o ato administrativo que revogou a permissão, a fim de viabilizar seu retorno às atividades na lanchonete. Nesse contexto, é correto afirmar que a pretensão do particular está baseada:

- a) na teoria da exceção do contrato não cumprido, porque o Estado não poderia rescindir a permissão de uso na vigência do contrato, exceto por ordem judicial e com a prévia indenização ao particular;
- b) no princípio da continuidade dos serviços públicos, porque independentemente da veracidade dos motivos fáticos que ensejaram a extinção da permissão, o particular tem direito público subjetivo de utilizar a lanchonete no prazo acordado;
- c) na natureza jurídica da permissão de uso, que é um ato bilateral e vinculado, devendo ser respeitado o prazo contratual da permissão de uso, que só pode ser extinta com prévia e justa indenização;
- d) na natureza jurídica da permissão de uso, que é um ato bilateral e vinculado, devendo ser respeitado o prazo contratual da permissão de uso, que só pode ser extinta por motivo de interesse público;
- e) na teoria dos motivos determinantes, porque, apesar de a permissão de uso ser ato discricionário e precário, o Estado está vinculado à veracidade do motivo fático que utilizou para revogar a permissão de uso.

Organização Administrativa

29) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Tendo em vista as diversas competências, responsabilidades e atividades incumbidas ao poder público, a Administração Pública pode atuar de forma centralizada (quando executa suas tarefas diretamente) ou descentralizada (quando o faz delegando a terceiros, na forma da lei). Nesse contexto, fazem parte da Administração Indireta, dentre outros,

- a) os órgãos dos Ministérios (em nível federal, que dão suporte à Presidência da República), das Secretarias Estaduais (em âmbito estadual, dando apoio ao Governador) e das Secretarias Municipais (na esfera municipal, assessorando os Prefeitos).
- b) as autarquias públicas, empresas públicas e fundações privadas que prestam serviços públicos.
- c) as empresas privadas contratadas, após regular procedimento licitatório, para prestar serviços públicos essenciais.
- d) as concessionárias que prestam serviços públicos.
- e) as fundações públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

30) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A administração pública possui uma série de normas que disciplinam a relação jurídica existente entre órgãos e entre pessoas jurídicas.

A respeito dos conceitos de controle e hierarquia, assinale a afirmativa correta.

- a) Entre uma sociedade de economia mista federal e a União existe hierarquia
- b) O controle da administração direta sobre a indireta é presumido e prescinde de lei.
- c) Existe hierarquia presumida entre pessoas jurídicas vinculadas; essa hierarquia independe de lei.
- d) Entre a União e uma autarquia federal existe hierarquia.
- e) Dentro da mesma pessoa jurídica, nas relações de subordinação, existe hierarquia presumida.

31) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A administração pública possui dentro de sua estrutura várias pessoas jurídicas que se sujeitam a diferentes regimes jurídicos.

Assinale a alternativa que contém uma pessoa jurídica de direito privado integrante da administração pública.

- a) Corporações públicas.
- b) Empresas públicas.

- c) Agências reguladoras.
- d) Autarquia fundacional.
- e) Autarquias de regime especial.

32) FGV - MPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

As autarquias desempenham funções que, despidas de carácter económico, são próprias e típicas do Estado.

Sobre as autarquias, é correto afirmar que:

- a) apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado, exercem atividades de interesse público;
- b) integram a Administração Direta e exercem atividades de interesse público;
- c) são pessoas jurídicas de direito público e somente por lei específica podem ser criadas;
- d) fazem parte da Administração Indireta e têm personalidade jurídica de direito privado;
- e) integram a Administração Indireta e não se aplica a seu pessoal a proibição constitucional de acumulação de cargos públicos.

33) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

De acordo com o Decreto Lei nº 200/1967, a Administração Federal compreende a Administração Direta e a Administração Indireta que, por sua vez, divide-se em autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista.

A autarquia representa

- a) a entidade criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- b) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- c) a entidade com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- d) o serviço autônomo, criado por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da Administração Indireta.
- e) a entidade dotada de personalidade jurídica e direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

34) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - Apoio Judiciário e Administrativo - 2014

São entidades integrantes da Administração Indireta, com personalidade jurídica de direito público, criadas por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado, as:

- a) fundações públicas;
- b) empresas públicas;
- c) autarquias;
- d) sociedades de economia mista;
- e) secretarias e ministérios.

35) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Por meio de técnicas de organização a Administração Pública realiza a distribuição das atribuições que devem ser exercidas pelas pessoas jurídicas e pelos órgãos que a integram.

Dentre essas técnicas encontram-se a concentração e a centralização. Assinale a alternativa em que ocorre, respectivamente, cada uma das técnicas mencionadas.

- a) Delegação de competência de um órgão superior a um inferior. / Aglutinação de atribuições entre pessoas jurídicas.
- b) Avocação de atribuição entre órgãos. / Aglutinação de atribuições entre pessoas jurídicas.
- c) Delegação de atribuição entre pessoas jurídicas. / Delegação de atribuição entre órgãos.
- d) Avocação de atribuições entre órgãos. / Delegação de atribuição entre órgãos.
- e) Aglutinação de atribuições entre pessoas jurídicas. / Aglutinação de atribuições entre órgãos.

36) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Leia os casos a seguir.

I. O Estado extinguiu um órgão e aglutinou, junto a um secretário de estado, as atribuições anteriormente exercidas por esse órgão.

II. O Estado criou uma autarquia para desempenhar as funções anteriormente exercidas por uma secretaria estadual.

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os instrumentos que o Estado utilizou nos casos acima.

- a) No primeiro caso ocorreu concentração e no segundo caso descentralização.
- b) No primeiro caso ocorreu centralização e no segundo descentralização.

- c) No primeiro caso ocorreu concentração e no segundo caso desconcentração.
- d) No primeiro caso ocorreu centralização e no segundo desconcentração.
- e) Em ambos os casos ocorreu delegação.

37) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

O povo brasileiro, nos últimos anos, demonstrou sua insatisfação com a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado. Atento a essa nova demanda e com o escopo de melhorar a qualidade da educação e cultura em âmbito estadual, o Governador de determinado Estado da Federação subdividiu a então Secretaria de Educação e Cultura em dois novos órgãos: Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura. De acordo com a doutrina clássica de Direito Administrativo, trata-se da seguinte providência:

- a) desmembramento;
- b) descentralização;
- c) desconcentração;
- d) desdobramento;
- e) delegação.

38) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 2014

Município criou, por meio de lei específica, uma autarquia atribuindo a ela a titularidade e a execução de determinado serviço público. Tal delegação, em Direito Administrativo, é denominada:

- a) desconcentração, e a autarquia é pessoa jurídica de direito público;
- b) desconcentração, e a autarquia faz parte da administração direta;
- c) descentralização, e a autarquia faz parte da administração indireta;
- d) descentralização, e a autarquia é pessoa jurídica de direito privado;
- e) outorga, e a autarquia faz parte da administração direta.

39) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

O Estado de Santa Catarina, por meio de delegação legal, criou uma autarquia estadual para prestar determinado serviço público, observadas as formalidades legais. Trata-se de fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, conhecido como:

- a) desagregação;
- b) desdobramento;
- c) descentralização;
- d) desmembramento;
- e) desconcentração.

40) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

As agências reguladoras e as agências executivas são entes públicos difundidos a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, de 1995, que representam estratégias de regulação do mercado e flexibilização da ação estatal, respectivamente. É exemplo de agência executiva

- a) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.
- b) Agência Nacional do Cinema - ANCINE.
- c) Banco Central do Brasil - BC.
- d) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
- e) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

41) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

As Agências Reguladoras são fruto da necessidade do Estado de exercer controle sobre bens e serviços, cuja responsabilidade de prover, anteriormente, era sua e, atualmente, recai sobre outros atores. As Agências Reguladoras apresentam desenho institucional definido e possuem autonomia para tomar decisões. Contudo, existem mecanismos que permitem ao governo manter o controle das mesmas, dentre eles, a estrutura burocrática rígida e predefinida. No Brasil, essa estrutura é comum a todas as Agências Reguladoras e representa o seguinte tipo de mecanismo de controle:

- a) Ex ante;
- b) Ad hoc;
- c) Ex post;
- d) direto;
- e) indireto.

42) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

A Lei nº 9.790, de 23-3-99, estabelece a promoção da assistência social, a experimentação sem fins lucrativos de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, e a promoção da segurança alimentar e nutricional, como alguns dos objetivos ou finalidades:

- a) da Política Nacional de Cooperativismo;
- b) das Autarquias;
- c) das Organizações das Sociedades Civas de Interesses Públicos (OSCIPs);
- d) da Fundação Pública;
- e) das Sociedades de Economia Mista.

Poderes da Administração

43) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Administração Pública para atender às suas finalidades faz uso de uma série de poderes.

Com relação a esses poderes, assinale a afirmativa correta.

- a) Os atos de polícia gozam da característica da autoexecutoriedade.
- b) O poder regulamentar em regra poderá ser exercido de forma autônoma em relação às leis, prescindindo dessas, pois retira sua validade da própria Constituição.
- c) O poder hierárquico tem como característica a possibilidade de transferir a titularidade da competência para a prática de atos administrativos.
- d) Os atos de polícia não podem sofrer controle judicial no que tange a sua legalidade pois são atos discricionários.
- e) O poder hierárquico e poder disciplinar sempre são compreendidos como sinônimos.

44) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Administração Pública, ao desempenhar suas atribuições com a finalidade de atender ao interesse público, pode usar o Poder Hierárquico e o Poder de Polícia.

Em relação a esses poderes, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Poder Hierárquico tem incidência sobre os agentes que se encontram dentro na Administração Pública em relação de subordinação dentro da mesma pessoa jurídica.
- II. o Poder de Polícia incide de forma geral sobre toda a coletividade.
- III. o Poder Hierárquico será aplicado na relação entre uma autarquia e o ente criador.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) se somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c) se somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) se somente a afirmativa III estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

45) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

Os agentes administrativos gozam de uma série de prerrogativas de direito público que permitem ao Estado alcançar os fins a que se destina. Nesse contexto de poderes administrativos, é correto afirmar que o poder:

- a) discricionário possibilita ao administrador adotar qualquer postura com base em seu interesse particular, desde que alegue atender à finalidade pública;
- b) regulamentar está relacionado à prerrogativa da Administração de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação;
- c) de polícia é exclusivamente exercido pelas forças de segurança pública, tais como as polícias militar e civil na esfera estadual;
- d) soberano é titularizado temporariamente pelo Chefe do Poder Executivo, enquanto estiver no efetivo exercício do mandato eletivo;
- e) jurisdicional é exercido pelo Chefe do Poder Executivo, nos casos que envolvam questões administrativas afetas à sua esfera de poder.

46) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - Apoio Judiciário e Administrativo - 2014

De acordo com a moderna doutrina de direito administrativo, a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público é chamada de poder:

- a) regulamentar;
- b) hierárquico;
- c) disciplinar;
- d) de polícia;
- e) de império.

47) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

Joana, professora da rede estadual ocupante de cargo efetivo, requereu ao Secretário de Estado de Educação licença para aprimoramento profissional de professor. Seu pleito foi indeferido ao argumento de carência de professor efetivo na rede estadual, para evitar danos ao interesse público por prejuízo ao regular prosseguimento das aulas. O poder administrativo conferido ao Administrador para aferir a oportunidade e conveniência na análise do requerimento de Joana chama-se poder:

- a) de polícia;
- b) discricionário;
- c) hierárquico;
- d) regulador;
- e) disciplinar.

48) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Leia os fragmentos a seguir.

I. Determinado Estado com base em previsão legal destituiu o presidente de determinada empresa pública.

II. O governador do mesmo Estado delegou várias atribuições a um secretário de estado.

Com base nesses fragmentos, assinale a afirmativa correta.

- a) Ambas as ações necessitariam de previsão legal.
- b) Em ambos os casos as ações se basearam na tutela.
- c) No primeiro caso a ação se baseou na hierarquia e, no segundo, na tutela.
- d) Em ambos os casos as ações se basearam na hierarquia.
- e) No primeiro caso a ação se baseou na tutela e, no segundo caso, na hierarquia.

49) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Os poderes instrumentais são conferidos à Administração e devem ser empregados apenas para o atendimento do interesse público. O poder administrativo é conferido à autoridade para remover interesses particulares que se opõem ao interesse público.

Com relação ao Poder Hierárquico, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Juntamente com o poder disciplinar, o poder hierárquico sustenta a ordem administrativa.
- () O poder hierárquico tem por objetivo coordenar, controlar e definir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração.
- () Graças ao poder hierárquico, a Administração escalona a função de seus órgãos, revê a atuação de seus agentes e estabelece a relação de subordinação entre seus servidores.

As afirmativas são respectivamente:

- a) F, V e F.
- b) F, F e V.
- c) V, F e V.
- d) V, V e V.
- e) F, F e V.

50) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Em regra, o poder regulamentar deve ser exercido pelo chefe do Executivo, tendo como base de sustentação uma lei prévia. No entanto, a Constituição da República permite que o Presidente da República faça uso do chamado decreto autônomo, que é editado sem fundamento em uma lei anterior.

Assinale a alternativa que apresenta o caso em que esse decreto poderá ser utilizado sem que se configure uma ofensa à separação de poderes.

- a) Na criação de cargos públicos.
- b) Na criação de órgãos públicos.
- c) Na extinção de órgãos e cargos públicos vagos.
- d) Na extinção de cargos públicos vagos.
- e) Na alteração da organização da administração pública, ainda que haja aumento de despesas e desde que não haja a extinção ou criação de órgãos

51) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

José é proprietário de um terreno localizado em zona urbana e resolveu edificar seu imóvel, iniciando a obra invadindo, inclusive, parte da calçada, sem previamente solicitar ou obter qualquer alvará de licença para construção. O poder público, por meio da autarquia Agência de Fiscalização do Distrito Federal, alegando o descumprimento do Art. 51 da Lei Distrital nº 2.105/98 . / Código de Edificações do Distrito Federal , determinou a demolição da construção, logo no início da obra, por se tratar de construção sem licença e em desacordo com a legislação, não sendo passível a alteração do projeto arquitetônico para adequação à legislação vigente. Em relação à postura da autarquia, é correto afirmar que:

- a) o poder público agiu corretamente, no regular uso do poder de polícia, independentemente de se encontrar o bem localizado em área pública ou particular, pois o direito de construir é relativo, devendo respeitar os limites legais, como a ordem urbanística, em benefício do interesse público.
- b) o poder público agiu corretamente no regular uso do poder de polícia, independentemente de se encontrar o bem localizado em área pública ou particular, porque a licença para construir é ato administrativo discricionário, sendo concedida de acordo com a oportunidade e a conveniência, podendo ser revogada a qualquer tempo.
- c) apesar de o poder público ter o poder de polícia, fato que legitima a fiscalização, no caso em tela houve abuso de poder, pois o imóvel estava localizado em área particular, razão pela qual é cabível indenização a João pelos prejuízos sofridos.
- d) apesar de o poder público ter o poder de polícia, fato que legitima a fiscalização, no caso em tela houve abuso de poder, pois qualquer determinação demolitória deve ser precedida de

regular processo administrativo ou processo judicial, assegurados o contraditório e ampla defesa.

e) apesar de o poder público ter o poder de polícia, fato que legitima a fiscalização, no caso em tela houve abuso de poder, pois qualquer determinação demolitória deve ser precedida do devido processo legal judicial, pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurados o contraditório e ampla defesa.

52) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Rodrigo é proprietário de um mercado de bairro de pequeno porte. O comércio recebeu fiscalização de agentes da vigilância sanitária, que encontraram produtos com prazos de validade vencidos. Foi lavrado auto de infração, aplicada multa e Rodrigo foi encaminhado para a delegacia. Toda a mercadoria vencida (alimentos nocivos ao consumo público) foi apreendida e destruída (preservado um exemplar de cada, que foi encaminhado à perícia). Rodrigo não se conforma com a apreensão e a inutilização dos produtos. Ao buscar orientação jurídica, foi-lhe esclarecido que o ato administrativo de destruição dos alimentos nocivos ao consumo público foi

a) correto, em razão do regular uso do poder de polícia, cuja prerrogativa ou característica da autoexecutoriedade permitiu a imediata execução do ato, sem necessidade de prévia manifestação judicial.

b) correto, em razão do regular uso do poder de polícia, cuja prerrogativa ou característica da discricionariedade permitiu a imediata execução do ato, sem necessidade de prévia manifestação judicial.

c) errado, porque houve abuso no uso do poder de polícia, uma vez que a destruição de alimentos nocivos ao consumo público deveria ser precedida de autorização judicial pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

d) errado, porque houve abuso no uso do poder de polícia, uma vez que a destruição de alimentos nocivos ao consumo público deveria ser precedida de regular processo administrativo, observados o contraditório e ampla defesa.

e) errado, porque, embora a fiscalização fosse legítima pelo uso do poder de polícia, a apreensão de mercadorias deveria ter sido precedida de autorização judicial.

53) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 2013

A Lei nº 8.069/90 conferiu ao Juízo da Infância e da Juventude atribuições atípicas de natureza administrativa, como conceder autorização para entrada, permanência ou participação de crianças e adolescentes em eventos, mediante alvará (Art. 149, do ECA). Tal atribuição decorre da prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade individual em favor do interesse público. Trata-se do poder administrativo:

- a) hierárquico;
- b) disciplinar;
- c) regulamentar;
- d) de polícia;
- e) de jurisdição.

54) FGV - MPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Francisco iniciou construção clandestina e ilegal de um imóvel, sem requerer ou obter qualquer licença municipal, inclusive ocupando parte de área pública. Exercendo seu dever constitucional de promover o adequado ordenamento territorial, mediante controle do uso e da ocupação do solo urbano, após regular fiscalização e processo administrativo, o Município determinou a demolição da construção irregular. O poder administrativo que fundamentou a postura da municipalidade é chamado de poder:

- a) regulamentar;
- b) sancionador;
- c) hierárquico;
- d) de gestão;
- e) de polícia.

55) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Durante operação de fiscalização a bares e restaurantes, a Secretaria de Urbanismo do Município observou que o "Bar do Seu Silva" não respeitava o limite para a passagem de pedestres, devido à colocação de mesas e cadeiras na calçada. O espaço mínimo permitido para a circulação era de 1,60 m (um metro e sessenta) e o bar só liberara um espaço de 1,50 m (um metro e cinquenta). Em consequência, os fiscais autuaram o estabelecimento, determinaram a sua interdição e recolheram mesas, cadeiras e barris de chope.

Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) Não cabe o oferecimento de qualquer defesa na esfera administrativa ou judicial, em razão do legítimo exercício de autotutela administrativa.
- b) Não cabe o oferecimento de qualquer defesa na esfera administrativa ou judicial, em razão do legítimo exercício do poder de polícia, que é insuscetível de controle.
- c) É possível o oferecimento de impugnação administrativa ou judicial, a fim de que se discutam os limites ao exercício do poder de polícia, como a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- d) É possível o oferecimento de impugnação administrativa ou judicial, pois o poder de polícia exercido pela fiscalização municipal não goza do atributo da autoexecutoriedade.

e) É possível o oferecimento de impugnação administrativa ou judicial, pois a autotutela administrativa somente pode ser exercida após a observância do contraditório e da ampla defesa.

56) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

Sobre o poder de polícia, é correto afirmar que:

- a) a polícia administrativa atua de forma repressiva e é exercida com exclusividade pelo Poder Executivo que, por excelência, pratica atos administrativos;
- b) tem por fundamento o princípio da predominância do interesse privado sobre o público, que dá à Administração posição de supremacia sobre os administrados;
- c) a autoridade que se afastar da finalidade pública em sua prática incidirá em desvio de poder e acarretará a nulidade do ato;
- d) a polícia judiciária tem caráter, em regra, preventivo e não está relacionada à prática do ilícito penal;
- e) pode, em regra, ser plenamente delegado a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, desde que por meio de formal ato administrativo, com a devida publicação na imprensa oficial.

57) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Prefeito municipal praticou ato administrativo escolhendo, por meio de critérios de oportunidade e conveniência, quais ruas da cidade serão asfaltadas nos próximos meses. Foi-lhe permitido estabelecer tais prioridades a partir do poder administrativo:

- a) vinculado;
- b) hierárquico;
- c) normativo;
- d) discricionário;
- e) regulamentar.

58) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A autoridade competente pratica um ato administrativo que ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia de suas finalidades administrativas. O fragmento indica

- a) uso do poder.
- b) abuso de poder.
- c) exercício do poder vinculado.
- d) exercício do poder hierárquico.
- e) exercício do poder de polícia.

59) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A responsabilidade do Estado aplica-se a todas as funções públicas, não estando restritas apenas a danos decorrentes de atos administrativos. Nos casos de dolo ou culpa, o direito de regresso contra o agente responsável é claro.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

II. Os pais são também responsáveis pela reparação civil, quando os filhos maiores estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

III. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- b) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Responsabilidade Civil do Estado

60) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

O tratamento constitucional dado em matéria de responsabilidade civil do Estado é no sentido de que

- a) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- b) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- c) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- d) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.
- e) apenas as pessoas jurídicas da administração direta e indireta responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

61) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Joaquim estacionou regularmente seu veículo em via pública, no centro da cidade. Quando voltou para pegar seu carro, ele percebeu que caiu sobre seu veículo um grande galho de uma árvore (muito antiga, já deteriorada há anos por cupins), que estava plantada na calçada. Os moradores da rua vinham reclamando com o poder público do precário estado de conservação da árvore há muito tempo. Ao buscar assistência jurídica na Defensoria Pública, com escopo de obter judicialmente indenização pelos danos morais e materiais que sofreu, Joaquim foi informado de que, mediante a melhor tese para defesa de seus interesses, diante da omissão específica do poder público, seria cabível o ajuizamento de ação

- a) em face do particular, proprietário do imóvel na frente da calçada, sendo a responsabilidade civil subjetiva, porque houve negligência do proprietário.
- b) em face do Município, com responsabilidade civil objetiva, que prescinde da análise da culpa ou dolo.
- c) em face do Município e do particular proprietário do imóvel na frente da calçada, de forma solidária, pois ambos foram responsáveis pelo dano, sendo a responsabilidade subjetiva.
- d) em face do Município e do Estado, de forma solidária, pois ambos foram responsáveis pelo dano, sendo a responsabilidade subjetiva.
- e) em face do Município, pois o dano foi provocado pela omissão do Município, que deveria ter cobrado do particular providências para poda da árvore, com responsabilidade civil objetiva, sendo imprescindível a comprovação do elemento subjetivo.

62) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - Apoio Judiciário e Administrativo - 2013

Maria é servidora pública e trabalha como merendeira na cozinha da Escola Municipal Letras e Artes. Por descuido, Maria deixou cair um objeto pontiagudo enquanto preparava o lanche dos alunos e o estudante João, de 7 anos, acabou o ingerindo junto com o sanduíche. João foi levado

ao hospital, onde ficou internado por um mês. Em razão dos danos morais e materiais sofridos por João, caberá indenização baseada na responsabilidade civil:

- a) objetiva da Maria, que responde pelos danos que causou a João, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta e cabendo responsabilidade subsidiária do Município no caso de insolvência de Maria;
- b) objetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo prescindível a análise do elemento subjetivo e assegurado o direito de regresso contra Maria nos casos de dolo ou culpa;
- c) objetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo imprescindível a análise do dolo ou culpa de Maria e assegurado o direito de regresso contra Maria nesses casos;
- d) subjetiva da Maria, que responde pelos danos que causou a João, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta e cabendo responsabilidade subsidiária do Município no caso de insolvência de Maria;
- e) subjetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo imprescindível a análise do elemento subjetivo e assegurado o direito de regresso contra Maria nos casos de dolo ou culpa.

63) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Leia o fragmento a seguir.

“a ocorrência de lesão injusta independentemente de culpa por parte da Administração Pública, que em respeito à teoria do risco administrativo, traz em seu bojo a obrigação de indenizar o terceiro lesado”.

O fragmento refere-se à

- a) Teoria da Responsabilidade por Ação.
- b) Teoria do Risco Integral.
- c) Teoria da Culpa Administrativa.
- d) Teoria do Risco Administrativo.
- e) Teoria da Responsabilidade por Omissão.

64) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A responsabilidade civil da Administração Pública tem como fundamento jurídico o Art. 37, § 6º da CF, que consagra a teoria do risco administrativo.

Assinale a alternativa que indica as pessoas que são sujeitas à responsabilização pelo mencionado dispositivo.

- a) Toda a administração direta e indireta.
- b) Apenas a administração indireta.
- c) Apenas as pessoas jurídicas prestadoras de serviço público.
- d) Apenas a administração direta.
- e) Apenas a administração direta, as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas privadas prestadoras de serviço público.

65) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

No Brasil, pode-se afirmar que as ações dos agentes públicos geram o dever de indenizar. O Art. 37, parágrafo 6º da CF fez uma opção por determinada teoria.

Assinale a alternativa que indica a teoria adotada pelo dispositivo constitucional supramencionado.

- a) Teoria do Risco Integral.
- b) Teoria do Risco Proveito.
- c) Teoria do Risco Administrativo.
- d) Teoria da Culpa Anônima.
- e) Teoria da Culpa Civil.

66) FGV - MPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

José, motorista da Secretaria Municipal de Obras, dirigia caminhão oficial do Município e falava ao telefone celular enquanto trafegava, acabando por colidir com um veículo de particular que estava regularmente estacionado em via pública. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- a) subjetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o motorista, que agiu com culpa;
- b) subjetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a terceiros, independentemente da culpa ou dolo de seu agente;
- c) subjetiva do motorista, porque agiu com imperícia, cabendo responsabilidade subsidiária do Município que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a terceiros, no caso de insolvência do funcionário;
- d) objetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o motorista, que agiu com culpa;
- e) objetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a terceiros, sendo imprescindível a demonstração de culpa ou dolo de seu funcionário.

67) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a terceiros somente restará configurada diante de atos ilícitos.

II. A expressa previsão, em nosso ordenamento, da responsabilidade objetiva do Estado impede a utilização do caso fortuito ou da culpa da vítima como causas excludentes da responsabilidade.

III. A responsabilidade objetiva do Estado não dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano causado.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

68) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A responsabilidade civil do Estado atualmente é regida pela teoria do risco administrativo. Embora a questão seja controversa, parte da doutrina aceita aplicar, em alguns casos, a teoria do risco integral.

A respeito dessa teoria, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estado apenas deixaria de indenizar provando-se culpa exclusiva da vítima.
- b) Não há excludentes de responsabilização; havendo relação entre o dano e a atividade desenvolvida a indenização se impõe.
- c) Havendo fortuito ou força maior, o Estado deixaria de indenizar.
- d) As mesmas excludentes do risco administrativo são aplicáveis ao risco integral, mas nesse caso não se exige a prova de dolo ou culpa ao contrário do primeiro.
- e) O risco integral é uma teoria objetiva, ao contrário do risco administrativo de índole subjetiva.

69) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A atuação do Estado por meio de seus poderes se dá com base em sua soberania. Tendo por base o atual momento, em que o Estado tornou-se responsável por suas ações, de acordo com nosso ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

- a) Havendo danos provocados por atos legislativos haverá sempre o dever de indenizar por parte do Estado com base no princípio da isonomia.
- b) Os atos legislativos não geram direito à indenização por serem manifestação soberana dos representantes do povo.
- c) Apenas no caso de leis inconstitucionais, assim declaradas pelo STF, pode-se reconhecer o direito à reparação por atos legislativos.
- d) Apenas no caso de leis de efeitos concretos pode-se reconhecer o direito à reparação por danos advindos de atos legislativos.
- e) Os danos advindos de atos legislativos apenas são indenizáveis quando se tratarem de leis de efeitos concretos ou de leis reconhecidas como inconstitucionais pelo STF.

70) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

Maria, deficiente visual, dirigiu-se ao posto de saúde municipal para consulta de urgência, com dor abdominal aguda. A paciente foi encaminhada para exame de raio X. Mesmo estando cientes da deficiência visual da cidadã, os funcionários da unidade de saúde não adotaram as medidas pertinentes consistentes em cuidados especiais com a locomoção e acomodação de Maria para evitar acidentes e, durante o exame, a paciente sofreu uma queda. O tombo ocasionou-lhe traumatismo crânio-encefálico, causa de sua morte, que ocorreu dois dias depois. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- a) exclusiva, direta e pessoal de todos os funcionários que agiram com culpa;
- b) subjetiva do Município, sendo imprescindível a comprovação da culpa de seus agentes;
- c) solidária entre o Município e os funcionários que agiram com culpa;
- d) subsidiária do Município, que somente responde pelos danos causados por seus agentes caso eles sejam insolventes;
- e) objetiva do Município, sendo desnecessário comprovar o elemento subjetivo de seus agentes.

71) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça - 2015

Pedro, motorista concursado do Município do Rio de Janeiro, no exercício de sua atividade profissional, atropela uma pessoa que atravessava na faixa de pedestre, com o semáforo fechado para os carros. Os familiares da vítima, então ajuízam ação de responsabilidade civil em face do Município, o qual, em sua contestação, alega que apenas Pedro, o motorista, era responsável pela reparação do dano. Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que:

- a) de fato, apenas Pedro, autor do dano, responde pela sua reparação;
- b) o Município somente responderia pelo dano se o Prefeito o houvesse causado;
- c) o Município responde pelos atos do seu agente que, nessa qualidade, cause dano a terceiro;
- d) o Município é pessoa jurídica de direito privado e, por isso, não responde pelos atos de seus agentes;
- e) o Município, como pessoa jurídica de direito interno, só responde em ação de regresso.

72) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

João foi atropelado por um ônibus pertencente a uma concessionária de serviço de transporte público.

A partir do caso descrito, sobre a responsabilidade civil da Administração Pública e da concessionária de serviço público, assinale a afirmativa correta.

- a) Há responsabilidade subjetiva da empresa.
- b) Há responsabilidade direta e objetiva do poder concedente.
- c) Há responsabilidade apenas do motorista do veículo e será objetiva.
- d) Há responsabilidade objetiva da concessionária.
- e) Há responsabilidade apenas do motorista do veículo e será subjetiva.

73) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

João conduzia seu veículo por via pública e parou no sinal vermelho. Enquanto aguardava, parado, o sinal de trânsito mudar para a cor verde, de repente, João escutou um barulho e percebeu que um ônibus, que realizava transporte público coletivo intramunicipal de passageiros, colidiu com a traseira de seu carro. A empresa de ônibus, concessionária do serviço público municipal, recusou-se a realizar qualquer pagamento a título de indenização, alegando que não restou comprovada a culpa do motorista e que João não era usuário do serviço público. Ao buscar assistência jurídica na Defensoria Pública, João foi informado de que, adotando a tese mais benéfica em sua defesa, atualmente predominante na jurisprudência, seria cabível o ajuizamento de ação indenizatória, com base na responsabilidade civil:

- a) objetiva do Estado, que se aplica ao caso por se tratar de concessionário de serviço público, independentemente de João não ser usuário do serviço no momento do acidente, não havendo que se perquirir acerca do elemento subjetivo do motorista do ônibus.
- b) objetiva do Estado, que se aplica ao caso por se tratar de concessionário de serviço público e, pelo fato de João não ser usuário do serviço no momento do acidente, é preciso a análise do elemento subjetivo do motorista do ônibus.
- c) subjetiva, independentemente de João ser ou não usuário do serviço, pois a responsabilidade objetiva não inclui o concessionário de serviço, pessoa jurídica de direito privado que apenas presta serviço público após vencer licitação, tendo suas relações jurídicas regidas pela lei e pelo contrato.
- d) subjetiva do Estado, sendo imprescindível que se comprove a culpa ou dolo do motorista (no caso em tela, está presente a culpa por imperícia, porque o motorista profissional do coletivo abalroou a traseira de um veículo parado no sinal), já que João não era usuário do serviço público.
- e) subjetiva, pois é imprescindível que se comprove a culpa ou dolo do motorista (no caso em tela, está presente a culpa por imperícia, porque o motorista profissional do coletivo abalroou a

traseira de um veículo parado no sinal), sendo a ação ajuizada em face do motorista, da empresa e do Município.

74) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - Analista Jurídico - 2015

Funcionário da área técnica de sociedade empresária concessionária de serviço público de telefonia móvel realizava conserto em uma antena instalada em torre de telefonia celular, quando deixou uma ferramenta cair da altura de quinze metros. O material atingiu o veículo de Alberto, que estava regularmente estacionado em via pública. Visando à obtenção de indenização pelos danos sofridos, Alberto buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, oportunidade em que lhe foi informado que incide a responsabilidade civil:

- a) subjetiva do poder concedente, que responde diretamente pelos danos causados pela empresa concessionária, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do agente;
- b) subjetiva da concessionária, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa;
- c) objetiva do poder concedente, que responde diretamente pelos danos causados pela empresa concessionária, caso se comprove dolo ou culpa do agente causador do dano;
- d) objetiva da concessionária, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa;
- e) solidária e subjetiva do poder concedente e da concessionária, que respondem conjuntamente pelos danos causados pelo agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa.

75) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 2014

Alberto é servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, atualmente lotado no setor onde funciona a Comissão Permanente de Licitação. No exercício da função pública, Alberto participou de esquema fraudulento que desviou verba pública, enriquecendo-se ilicitamente. Em tema de responsabilização pelo ilícito cometido no caso em tela, é correto afirmar que Alberto pode ser:

- a) demitido após processo administrativo disciplinar, apenas se não era estável à época dos fatos;
- b) processado na esfera administrativa, mas não na criminal e civil para evitar o bis in idem;
- c) demitido por meio de sindicância sumária, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- d) demitido por força de sentença judicial recorrível;
- e) cobrado ao ressarcimento dos danos ao erário, cuja pretensão é imprescritível.

Controle da Administração

76) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Administração Pública encontra-se sujeita a várias formas de controle:

Com relação às formas de controle sobre a administração, assinale a afirmativa correta.

- a) O controle judicial tem como principal função assegurar a legalidade da atuação da administração pública.
- b) O judiciário poderá rever o mérito administrativo quando esse se mostrar inconveniente ou inoportuno, a critério do juiz.
- c) A palavra final sobre as contas do chefe do executivo em todas as esferas federativas pertence ao tribunal de contas que emite o parecer conclusivo sobre essas contas.
- d) As decisões judiciais possibilitam a revogação e a anulação de atos da administração pública.
- e) O legislativo apenas exerce controle prévio sobre a administração pública, o controle sobre a administração é posteriormente exercido pelo tribunal de contas e pelo judiciário.

77) FGV - MPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

A Constituição da República de 1988 estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a:

- a) desconstituir ato lesivo ao patrimônio público ou privado, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública;
- b) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- c) proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública;
- d) defender interesse público, desde que esteja representado pelo Ministério Público, Defensoria Pública, entidades da Administração Direta e Indireta ou associação constituída há pelo menos 6 (seis) meses;
- e) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

78) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Dentre os meios de controle da administração pública encontra-se a ação popular.

Com relação a essa ação, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação popular pode ser interposta por qualquer pessoa física ou jurídica para a proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa.
- b) A ação popular, caso o autor seja o perdedor, somente não será condenado ao pagamento de custas e honorários se comprovar ser carente de recursos.
- c) O foro especial por prerrogativa de função não é aplicado aos réus na ação popular.

- d) A ação popular tem sua legitimidade ativa restrita ao Ministério Público, Defensoria Pública, entes federativos, empresas públicas e associações constituídas há mais de um ano.
- e) A ação popular não poderá ser interposta para a exclusiva proteção preventiva do meio ambiente pois o caráter indenizatório é essencial a mesma.

79) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Dentre os vários instrumentos de controle sobre a Administração Pública encontra-se a ação civil pública.

Com relação a essa ação assinale a afirmativa correta.

- a) Somente o Ministério Público é legitimado para a interposição da ação civil pública.
- b) Qualquer cidadão poderá interpor a ação civil pública.
- c) A empresa pública possui legitimidade para interpor a ação civil pública.
- d) O município não possui legitimidade para interpor a ação civil pública.
- e) As autarquias não possuem legitimidade para interpor a ação civil pública, por expressa vedação da Lei n. 7.347/85.

80) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

De acordo com o Controle Judicial da Administração Pública, o prazo para impetrar o mandado de segurança é de

- a) 120 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- b) 90 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- c) 120 dias, contados após o julgamento do recurso.
- d) 60 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- e) 60 dias, contados após o julgamento do recurso.

Bens Públicos

81) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

Os bens públicos estão sujeitos a regime jurídico próprio, diferente daquele aplicado aos bens privados. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os bens pertencentes às empresas públicas são considerados bens públicos.
- II. Consideram-se afetados os bens públicos que têm destinação pública.
- III. Os bens públicos são impenhoráveis.

Assinale se:

- a) somente I e II são verdadeiras.
- b) somente I e III são verdadeiras.
- c) somente II e III são verdadeiras.
- d) todas são verdadeiras.
- e) nenhuma é verdadeira.

82) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

O Estado do Amazonas possui um terreno que se encontrava sem nenhuma destinação, apenas cercado por um muro. No citado bem foi construída uma praça para lazer da comunidade.

Assinale a alternativa que contém a classificação desse bem, antes e depois da construção da praça, respectivamente.

- a) dominical / de uso comum.
- b) de uso especial / de uso comum.
- c) de uso comum / de uso especial.
- d) de uso comum / de uso especial.
- e) dominical / de uso especial.

83) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Os bens públicos possuem um regime jurídico diferenciado no qual uma série de restrições impõe-se sobre eles.

Com relação aos bens públicos assinale a afirmativa correta.

- a) Os bens das empresas públicas, ainda que não atuem na prestação de serviços públicos, possuem natureza pública.
- b) Uma empresa privada, que tenha um bem afetado à prestação de um serviço público, não poderá ter esse bem penhorado.
- c) Os bens das agências reguladoras não se revestem das garantias inerentes aos bens públicos.
- d) É possível a penhora de um bem pertencente ao Estado do Amazonas para pagamento de dívida alimentícia.
- e) Os bens de uma sociedade de economia mista não poderão sofrer usucapião seja qual for a atividade desempenhada por essa pessoa jurídica.

84) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A administração pública viabiliza o uso privativo dos bens públicos por meio de certos títulos jurídicos.

Em relação a esses títulos, é correto afirmar que

- a) um deles é a concessão de uso que, segundo a doutrina, tem natureza de contrato.
- b) um deles é a autorização de uso que, segundo a doutrina, tem natureza de contrato.
- c) a concessão, a permissão e a autorização de uso, são títulos dessa espécie, todos com natureza de contrato.
- d) a concessão, a permissão e a autorização de uso, são títulos dessa espécie, todos com natureza de ato administrativo.
- e) um deles é a permissão de uso que sempre terá natureza de contrato.

Agentes Públicos

85) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

O servidor público:

- a) somente será nomeado para o cargo público após prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- b) ocupante de cargo de provimento efetivo está proibido de exercer funções de confiança;
- c) somente pode ser remunerado por subsídio, que não poderá exceder o valor pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- d) deve ter os novos benefícios pecuniários calculados tomando-se como base de cálculo os benefícios anteriormente concedidos;
- e) não pode ter a sua remuneração vinculada ou equiparada a quaisquer espécies remuneratórias.

86) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Pedro, servidor público estadual do Poder Executivo, foi injustamente demitido por falta grave, após processo administrativo disciplinar, sendo acusado de receber propina. Pedro buscou assistência jurídica na Defensoria Pública e, após longo processo judicial, que durou quatro anos, o Poder Judiciário reconheceu que Pedro não praticara o ato que lhe fora imputado, determinando seu retorno ao serviço, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens, bem como reconhecimento dos direitos ligados ao cargo. O nome dado à forma de provimento de cargo determinada na decisão judicial é:

- a) nomeação.
- b) retorno.

- c) aproveitamento.
- d) reintegração.
- e) readaptação.

87) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Maria Antonieta é servidora estadual lotada na Secretaria de Segurança Pública e exerce função de confiança. De acordo com as disposições constitucionais que regem seu vínculo com a Administração Pública, é correto afirmar que Maria Antonieta:

- a) necessariamente é servidora ocupante de cargo efetivo;
- b) pode ser ocupante exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração;
- c) será aposentada pelo regime geral de previdência social;
- d) não pode exercer função de chefia, direção e assessoramento;
- e) terá prioridade na próxima promoção na carreira, por ter exercido função de confiança.

88) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

Alexandre é servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e está lotado no gabinete de determinado desembargador. Em matéria de regime jurídico, com amparo no texto constitucional, é correto afirmar que a Alexandre:

- a) não se aplica a vedação constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos;
- b) não se aplica o teto constitucional de remuneração de servidores públicos;
- c) aplica-se o benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) aplica-se a estabilidade, após três anos de efetivo exercício;
- e) aplica-se o chamado regime geral de previdência social.

89) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Constituição Federal possui uma série de exigências a respeito do concurso público.

Caso a Administração Pública realize um concurso e não nomeie todos os aprovados, segundo a CF, assinale a afirmativa correta:

- a) Enquanto o concurso estiver dentro do prazo de validade não poderá ser aberto novo concurso, independentemente de haver ou não aprovados no certame anterior.
- b) Caso haja novo concurso, os aprovados no novo certame não poderão ser convocados enquanto restarem aprovados do concurso anterior, desde que esse ainda esteja dentro do prazo de validade.
- c) Enquanto restarem aprovados não nomeados, não será possível a abertura de novo concurso, independentemente do prazo de validade do certame.

- d) Enquanto restarem aprovados não nomeados, não será possível a abertura de novo concurso, desde que o certame anterior esteja no prazo de validade.
- e) Havendo aprovados no concurso anterior, é vedada a abertura de novo certame, ainda que o anterior já tenha expirado seu prazo de validade.

90) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Constituição Federal trouxe em seu corpo uma disciplina específica sobre a questão do concurso público para o ingresso na Administração Pública.

Tendo como base o regramento constitucional, assinale a afirmativa correta:

- a) O ingresso em qualquer cargo, emprego ou função pública depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.
- b) O ingresso em cargo público de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos ao contrário do ingresso em cargos em comissão e a empregos públicos.
- c) O ingresso em emprego público depende de concurso público, ao contrário do que ocorre com o cargo em comissão que é de livre nomeação e exoneração.
- d) O ingresso em cargos e empregos públicos depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, ao contrário do cargo em comissão de livre nomeação e livre demissão.
- e) O ingresso em cargos, empregos e funções públicas é livre aos estrangeiros nas mesmas condições aplicáveis aos brasileiros, segundo expressa disposição constitucional.

91) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - Apoio Judiciário e Administrativo - 2014

Ao tratar dos temas concurso público e acesso a cargos públicos, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- a) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- c) constituem exceções à regra geral da exigência de concurso público, as nomeações para cargo em comissão e funções de confiança, ambos declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- d) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da autoridade que preside a banca do concurso;
- e) os cargos em comissão são exercidos exclusivamente por servidores não concursados, pois seu provimento ocorre por livre nomeação e exoneração, e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

92) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

José da Silva, Juiz Federal aposentado, foi recentemente aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta:

- a) É possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, uma vez que se trata de um cargo na esfera federal e de outro na esfera estadual.
- b) É possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, visto que a Constituição somente veda a cumulação remunerada de dois cargos quando em atividade o servidor.
- c) É possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, mas, quando da aposentadoria nesse último cargo, José da Silva somente terá direito aos proventos correspondentes a um dos cargos.
- d) Não é possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, uma vez que os respectivos cargos não são acumuláveis.
- e) Não é possível a cumulação dos proventos de aposentadoria com o subsídio do cargo de Juiz de Direito, mas, quando da aposentadoria nesse último cargo, José da Silva terá direito aos proventos correspondentes aos dois cargos.

93) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Em relação ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, com base nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta:

- a) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- b) Aos servidores é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição única e exclusiva do ente público e dos servidores ativos.
- c) Somente será assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários dos servidores inativos quando houver aumento da remuneração ou subsídio dos servidores ativos.
- d) A aposentadoria do servidor por invalidez permanente se dá com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- e) Aplicar-se-á o regime próprio do servidor público, para todo e qualquer servidor, ainda que ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público.

94) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - Analista Jurídico - 2015

Cargo: Analista (Área Judiciária)

Período: 2010 - 2015

Renan, servidor público estadual ocupante do cargo efetivo de Analista Jurídico da Defensoria Pública de Rondônia, elegeu-se Deputado Estadual. Com base na Constituição da República, Renan:

- a) terá que requerer exoneração de seu cargo efetivo para poder assumir o cargo eletivo;
- b) se houver compatibilidade de horário, poderá acumular as funções e perceberá as vantagens de ambos os cargos;
- c) ficará afastado de seu cargo efetivo, auferindo tão somente a remuneração do cargo eletivo;
- d) ficará licenciado de seu cargo efetivo, auferindo a remuneração de ambos os cargos;
- e) se houver compatibilidade de horário, poderá acumular ambos os cargos, mas terá que escolher a remuneração de um deles.

95) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

O provimento efetivo, que depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade, é denominado

- a) readaptação.
- b) recondução.
- c) promoção.
- d) reintegração.
- e) nomeação.

96) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

De acordo com Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, é definido como

- a) remoção.
- b) redistribuição.
- c) vacância.
- d) substituição.
- e) estabilidade.

97) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Tício, servidor público estatutário do Rio de Janeiro, faleceu deixando como dependentes sua genitora Iolanda, seu filho Matheus de 6 anos e sua esposa Maria.

De acordo com a Lei Estadual nº 5260/08, a divisão da pensão por morte se dará da seguinte forma

- a) 50% para Maria, 25% para Matheus e 25% para Iolanda.
- b) 50% para Matheus, 25% para Iolanda e 25% para Maria.
- c) 50% para Maria e 50% para Matheus.
- d) 33,3% para Maria, 33,3% para Matheus e 33,3% para Iolanda.
- e) 50% para Iolanda e 50% para Maria.

98) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Durante apuração sumária por meio de sindicância, de ato cometido por Francisco, foi evidenciada falta punível com pena superior à de suspensão por mais de 30 dias. Nesse caso

- a) o responsável pela apuração deve comunicar o fato ao superior imediato, que solicitará a instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) a autoridade que houver promovido a sindicância, configurada a irregularidade, aplicará de imediato a pena disciplinar cabível.
- c) a instauração de sindicância impede a adoção imediata das medidas acautelatórias.
- d) a apuração sumária por meio de sindicância deve seguir o rito determinado para o processo administrativo disciplinar.
- e) não será necessária a instauração de processo administrativo disciplinar, tendo em vista que o mesmo é exigido para penas mais graves.

99) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Maurício é ocupante de cargo efetivo de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. Ele realizou provas escrita e física para o cargo de Oficial de Cartório da Polícia Civil, tendo sido convocado para etapa seguinte do concurso, consistente em curso de formação na ACADEPOL, que tem a mesma natureza de qualquer outra prova ou exame de concurso público e durante a qual o candidato não recebe remuneração. No caso em tela, de acordo com o Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho 1975, Maurício

- a) não tem direito ao afastamento do cargo de inspetor, devendo requerer sua exoneração do cargo de inspetor, ressalvada a possibilidade de requerer licença para trato de assuntos particulares, sem vencimentos.
- b) tem direito ao afastamento de seu atual cargo de inspetor para que possa participar do curso de formação na ACADEPOL, utilizando a licença para cumprimento de estágio experimental em outro cargo, sem vencimentos.
- c) tem direito ao afastamento de seu atual cargo de inspetor para que possa participar do curso de formação na ACADEPOL, utilizando a licença para cumprimento de estágio experimental em outro cargo, sem prejuízo da remuneração no cargo de inspetor.

- d) tem direito ao afastamento de seu atual cargo de inspetor para que possa participar do curso de formação na ACADEPOL, sem receber sua remuneração no cargo de inspetor.
- e) tem direito ao afastamento de seu atual cargo de inspetor para que possa participar do curso de formação na ACADEPOL, sem prejuízo de sua remuneração no cargo de inspetor.

100) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

No âmbito da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) não é possível que um mesmo fato enseje a responsabilidade do funcionário público nessa esfera e nas instâncias civil e penal;
- b) não é admitida a aplicação da pena de cassação de aposentadoria, já que a aposentadoria dissolve o vínculo funcional e faz surgir o vínculo previdenciário;
- c) a pena disciplinar de suspensão não pode superar 30 (trinta) dias corridos, de modo a não comprometer a subsistência do funcionário público e de sua família;
- d) a destituição de função não tem a natureza jurídica de sanção disciplinar, refletindo mero ato discricionário da autoridade competente;
- e) resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho de cargo ou função, ou mesmo fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.

101) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 2014

A sistemática adotada pelo Decreto-lei nº 220/1975, a respeito da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, permite afirmar que:

- a) toda e qualquer infração disciplinar deve ser apurada em inquérito administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- b) o inquérito administrativo sempre precederá a aplicação das penas de suspensão de até 30 (trinta) dias;
- c) a sindicância é mera apuração preliminar, que irá anteceder o processo administrativo disciplinar e a partir da qual não podem ser aplicadas sanções;
- d) deve ser determinada a suspensão cautelar do funcionário público sempre que, da infração que lhe é imputada, possa resultar a pena de suspensão por até 30 (trinta) dias;
- e) é possível a suspensão preventiva do funcionário público, que é mera medida acautelatória, não tendo a natureza jurídica de pena.

102) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2014

Roberto é servidor público ocupante de cargo efetivo do Estado do Rio de Janeiro, desde 1995. Neste ano de 2014, Roberto sofreu um acidente em serviço e terá que se aposentar por invalidez permanente. De acordo com a disciplina legal que rege a matéria, a aposentadoria será:

- a) proporcional apenas ao seu tempo de contribuição;
- b) proporcional apenas ao seu tempo de serviço;
- c) integral e observada a paridade em relação aos ativos;
- d) proporcional ao seu tempo de contribuição e a sua idade;
- e) proporcional ao seu tempo de serviço e a sua idade.

103) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça - 2015

João, servidor público civil estadual estável de Rondônia, requereu licença para tratar de interesse particular. O pleito foi indeferido pela Administração Pública porque restou comprovado que a ausência do servidor durante o tempo de afastamento prejudicaria o serviço público prestado no órgão em que está lotado. Inconformado, pois já havia contratado uma viagem de 6 meses para o exterior, João impetrou mandado de segurança pretendendo reverter a situação. A ordem deve ser:

- a) concedida, pois o indeferimento dessa licença é ato administrativo vinculado e o servidor estável possui direito público subjetivo de obtê-la, sem remuneração;
- b) concedida, pois, não obstante o indeferimento dessa licença ser ato administrativo discricionário, ao Judiciário, em regra, cabe rever o mérito do ato e revogá-lo quando inoportuno;
- c) denegada, pois o indeferimento dessa licença é ato administrativo vinculado, cabendo ao Judiciário o controle da legalidade e do mérito do ato;
- d) denegada, pois o indeferimento dessa licença é ato administrativo discricionário, cujo mérito não pode ser revisto pelo Judiciário ou pela própria Administração, que apenas podem invalidar o ato por vício de legalidade;
- e) denegada, pois o indeferimento dessa licença é ato administrativo discricionário, cabendo ao Judiciário, em regra, tão somente o controle da legalidade e não do mérito do ato.

Improbidade administrativa

104) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação aos atos de improbidade administrativa, assinale V para a afirmativa verdadeira e F a falsa.

() O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente, está sujeito às cominações (ameaça de punição, por infração à lei) da Lei até o limite do valor da herança.

() Comete um ato de improbidade administrativa aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade que o beneficie de forma direta ou indireta.

() Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei específica, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades.

As afirmativas são respectivamente:

- a) V, F e F.
- b) F, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, V e F.
- e) V, V e V.

105) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Lei n. 8.429/92 dispõe a respeito dos atos de improbidade administrativa, sendo objeto de regramento constitucional.

A esse respeito, assinale a alternativa que dispõe corretamente sobre a disciplina da improbidade administrativa no ordenamento jurídico brasileiro.

- a) Para se configurar o ato de improbidade administrativa é necessário que haja prejuízo ao erário público.
- b) A lei de improbidade administrativa apenas é aplicável aos agentes públicos, únicos que podem praticar ou concorrer para a prática do ato de improbidade administrativa.
- c) Uma vez transferido ao seu sucessor o patrimônio do agente público que tenha cometido ato de improbidade, a ação de ressarcimento fica prejudicada.
- d) Uma vez sancionado o agente público por ato de improbidade administrativa não poderá sofrer sanção penal pelo mesmo fato sob pena de bis in idem.
- e) Os atos que causem prejuízo ao erário exigem dolo ou culpa para serem considerados atos de improbidade administrativa.

106) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Lei n. 8.429/92 contém a disciplina dos atos de improbidade administrativa. Com relação às entidades contra as quais é possível a prática de ato de improbidade, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato de improbidade apenas poderá ser praticado contra entidades da administração direta ou indireta.
- b) O ato de improbidade apenas poderá ser praticado contra entidades da administração direta.

- c) O ato de improbidade pode ser praticado contra fundações públicas de direito privado.
- d) Os atos de improbidade administrativa, somente poderão ser praticados contra entidades da administração indireta.
- e) O ato de improbidade não pode ser praticado contra autarquias.

107) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

Francisco, servidor público titular de cargo efetivo municipal, lotado na secretaria municipal de administração, usou de seu cargo público para favorecer seu irmão André, que se preparava para prestar concurso para ingressar no serviço público municipal. Por trabalhar ao lado da sala da comissão de concurso, Francisco obteve com antecedência o gabarito das questões, passando tal informação privilegiada ao seu irmão, que fez as provas, foi o primeiro colocado e assim nomeado para o cargo de auxiliar administrativo. Descoberta a fraude, o Ministério Público ajuizou a ação pertinente por ato de improbidade administrativa porque a conduta contra os princípios da administração pública, violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, notadamente frustrou a licitude de concurso público. Sobre o caso em tela, é correto afirmar que:

- a) embora a nomeação de André deva ser anulada por vício de legalidade e Francisco deva responder a processo administrativo disciplinar, não está configurado o ato de improbidade administrativa, porque não houve dano ao erário.
- b) apenas Francisco pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, pois à época dos fatos André ainda não era funcionário público em sentido amplo, e o ato de nomeação de André deverá ser declarado nulo por vício de legalidade.
- c) ambos (Francisco e André) deverão responder a ação penal por ato de improbidade administrativa, Francisco porque era servidor público à época dos fatos e André porque se beneficiou do ato, devendo a ação ser ajuizada na vara criminal.
- d) dentre as sanções aplicáveis ao caso concreto, é possível o ressarcimento do dano, perda da função pública, cassação dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais.
- e) a ação civil pública por ato de improbidade administrativa deverá ser ajuizada perante o juízo cível, e ambos os irmãos (Francisco e André) responderão independentemente da existência de dano ao erário.

108) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Os atos de improbidade administrativa possuem uma disciplina específica no nosso ordenamento jurídico.

Com relação ao regramento da improbidade administrativa pelo nosso ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário e à perda da função pública e dos direitos políticos.
- b) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário e à perda dos direitos políticos.
- c) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos.
- d) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário, à perda direitos políticos e à suspensão da função pública.
- e) O ato de improbidade sujeita o autor apenas à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário e à suspensão da função pública.

109) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - Analista Jurídico - 2015

Marcelo exerceu cargo em comissão de Assessor Executivo em determinado Município do Estado de Rondônia, de janeiro a dezembro de 2009. Em abril de 2015, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa imputando a Marcelo a prática de conduta que, em tese, atentou contra princípios da administração pública e frustrou a licitude de concurso público, sem, contudo, ter causado dano ao erário. Por estar desempregado desde sua exoneração e em situação de hipossuficiência econômica, Marcelo buscou auxílio jurídico na Defensoria Pública. Na defesa prévia do assistido, dentre outros argumentos, o Defensor Público alegou corretamente que, de acordo com a Lei nº 8.429/92:

- a) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até cinco anos após o término do exercício do cargo em comissão;
- b) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até dois anos após o término do exercício do cargo em comissão;
- c) apesar de ser imprescritível a pretensão autoral, o réu não possui legitimidade ad causam para figurar no polo passivo, porque atualmente não exerce qualquer função pública;
- d) apesar de ser imprescritível a pretensão autoral, o réu não possui legitimidade ad causam para figurar no polo passivo, porque não era agente político, mas mero ocupante de cargo em comissão à época dos fatos;
- e) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até dois anos após o término do exercício do cargo em comissão, e que o réu não possui legitimidade ad causam para figurar no polo passivo.

Serviços Públicos

110) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A prestação de serviços públicos pode ser feita de forma indireta por meio da contratação de particulares.

Com base na Lei n. 8.987/95, analise as afirmativas a seguir.

I. Poder Concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre.

II. Concessão de serviço público: é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III. Permissão de serviço público: é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

111) FGV - MPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Quando o poder público delega a prestação de determinado serviço público, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, o instrumento jurídico utilizado é o contrato administrativo de:

- a) licitação de serviço público;
- b) autorização de serviço público;
- c) desconcentração de serviço público;
- d) gestão de serviço público;
- e) concessão de serviço público.

112) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

A concessão de serviço público está entre os institutos mais antigos do direito administrativo. Atualmente é disciplinada pela Lei nº 8.987 de 13-2-95 e pela Lei nº 9.074 de 7-7-95. Há vários tipos de concessão e, em muitos contratos, existe a conjugação de diferentes modalidades, em que uma constitui o objeto principal e a(s) outra(s), o acessório, como por exemplo:

- a) no contrato, em que o franqueador ou concedente outorga ao franqueado ou concessionário a licença de uso de marca para que este produza ou distribua determinados bens ou preste serviços específicos, segundo os métodos do concedente;
- b) nos acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes;
- c) no caso de uma rodovia, em que o objeto é a construção, ampliação ou reforma de obra pública, acompanhada da exploração comercial da obra para fins de remuneração do concessionário, envolvendo, via de regra, a utilização de bens do patrimônio público;
- d) no caso das entidades do terceiro setor, que são entidades privadas, instituídas por particulares, que desempenham serviços não exclusivos do Estado, porém em colaboração com ele, sujeitando-se a controle pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas, caso recebam ajuda ou incentivo do Estado;
- e) no caso das associações formadas por pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), com personalidade de direito público ou de direito privado, criadas mediante autorização legislativa, para gestão associada de serviços públicos.

113) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

O contrato de concessão de serviço público pode ser extinto em razão do descumprimento das obrigações assumidas pela concessionária. Tal forma de extinção, prevista no ordenamento jurídico, denomina-se:

- a) reversão.
- b) caducidade.
- c) encampação.
- d) rescisão.
- e) retomada.

114) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2013

Prefeito municipal decidiu extinguir contrato de concessão de serviço público de abastecimento de água potável, a fim de retomar a prestação direta de tal serviço, por motivo de interesse público, durante o prazo da concessão. Para tal, obteve na Câmara Municipal a aprovação de lei autorizativa específica e procedeu ao prévio pagamento de indenização à concessionária. De acordo com a Lei nº 8.987/95, o prefeito se valeu da seguinte forma de extinção do contrato de concessão:

- a) caducidade;
- b) encampação;
- c) rescisão;
- d) anulação;
- e) revisão.

115) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Após as constantes reclamações dos usuários do serviço de transporte interestadual de passageiros, devido aos atrasos, ao cancelamento de saídas e aos motoristas que se recusavam a ligar o ar-condicionado dos veículos, o concessionário do serviço resolveu paralisar sua prestação por um dia inteiro, a fim de mostrar o transtorno que a falta de ônibus em circulação poderia causar à população.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) As falhas na prestação do serviço caracterizam inexecução parcial do contrato e autorizam a sua encampação.
- b) A inexecução parcial do contrato poderá acarretar a declaração de caducidade da concessão, precedida de processo administrativo em que se assegure a ampla defesa.
- c) As falhas na prestação do serviço caracterizam inexecução parcial do contrato e somente autorizam a imposição de penalidades administrativas, não a extinção da concessão.
- d) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa do concedente, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo concessionário, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.
- e) A inexecução parcial do contrato poderá acarretar a declaração de caducidade da concessão, garantida ao concessionário a ampla defesa em processo administrativo posterior à declaração.

116) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A concessão de serviço público é uma forma de delegação, na qual o Estado descentraliza a prestação de serviços públicos através de um contrato com um particular. A Lei n. 8987/95 prevê a possibilidade de intervenção do poder concedente na concessão.

Sobre a intervenção na concessão por parte do poder concedente, assinale a afirmativa correta.

- a) O poder concedente poderá, de forma discricionária, intervir na concessão, não estando vinculado a qualquer fundamentação específica para o ato.
- b) Cessada a intervenção a concessão deverá necessariamente ser extinta e será aberto novo procedimento licitatório.
- c) A intervenção deverá ser implementada necessariamente através de lei.
- d) Como o interventor atua na qualidade de agente estatal com poder de império não possui o dever de prestar contas.
- e) A intervenção poderá ser feita para garantir a adequada prestação do serviço.

117) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - 2015

Um servidor público, especialista em flexibilização da ação do Estado, está participando de um projeto para contratação de uma parceria público-privada (PPP) no âmbito da organização da administração direta em que atua. Em uma das reuniões preliminares ele informou, corretamente, à equipe que na contratação de uma PPP é permitido ter:

- a) mão de obra como objeto único;
- b) valor inferior a dez milhões de reais;
- c) concessão comum de serviços públicos;
- d) períodos de prestação de serviço inferior a quatro anos;
- e) contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado.

118) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - 2015

Em matéria de classificação dos serviços públicos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que serviços:

- a) econômicos são aqueles que o Estado executa para atender aos reclamos sociais básicos e representam serviços assistenciais e protetivos, como serviço de assistência médica e hospitalar;
- b) singulares (uti singuli) são aqueles cujos destinatários não podem ser individualizados, sendo imensurável a utilização por cada um dos indivíduos, como a coleta de lixo;
- c) administrativos são aqueles que o Estado executa para compor melhor a organização dos interesses particulares, fomentando a iniciativa privada para maior arrecadação tributária e oferta de empregos;
- d) coletivos (uti universi) são aqueles prestados a grupamentos indeterminados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da Administração, e em conformidade com os recursos de que disponha, como a iluminação pública;
- e) delegáveis são aqueles que, por sua natureza ou pelo fato de assim dispor o ordenamento jurídico, somente podem ser executados diretamente pelo poder público, como os serviços de defesa nacional.

119) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça - 2015

Em relação à concessão de serviço público, o ordenamento jurídico estabelece que:

- a) é direito dos usuários receber da concessionária informações para a defesa de seus interesses individuais no prazo de 5 dias, bem como obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, em qualquer hipótese, em observância ao direito da livre concorrência;
- b) a delegação da prestação do serviço é feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

- c) é vedada a previsão, no contrato de concessão, do emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem e a mediação, ainda que haja manifestação volitiva de ambas as partes nesse sentido;
- d) incumbe à concessionária promover as desapropriações e constituir servidões, independentemente de autorização pelo poder concedente e de prévia previsão no edital e no contrato, bem como homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas para manter o equilíbrio econômico-financeiro;
- e) a tarifa do serviço público será subordinada à legislação específica anterior e sua cobrança será condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário comprovadamente hipossuficiente.

Processo Administrativo

120) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Em matéria de processo administrativo, aplica-se o princípio constitucional:

- a) do devido processo legal, segundo o qual ninguém será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, mas pode sê-lo de seus bens;
- b) da inércia, segundo o qual a Administração Pública precisa ser provocada pelo interessado para iniciar o processo administrativo;
- c) do contraditório, segundo o qual o administrado réu é obrigado a se defender com os meios necessários, sob pena de ser declarado indefeso com a nomeação de defensor dativo;
- d) da ampla defesa, segundo o qual ao administrado é assegurado o exercício de sua defesa com os meios e recursos a ela inerentes;
- e) da verdade real, segundo o qual o administrador possui os mesmos poderes e prerrogativas das autoridades judiciais.

121) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação à Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ela deve atender ao interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

II. Ela deve ser objetiva no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

III. Ela deve impulsionar, de ofício, o processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

Em relação aos critérios observados nos processos administrativos, assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- c) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- d) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

122) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação aos critérios que devem ser observados nos processos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. Eles devem ser objetivos para atender ao interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

II. Eles devem ser divulgados oficialmente, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

III. O administrador público deve proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente a afirmativa I estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

123) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

As alternativas a seguir apresentam deveres do administrado perante a Administração, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Deve expor os fatos conforme a verdade.

- b) Deve proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- c) Deve prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- d) Deve agir de modo temerário.
- e) Deve colaborar para o esclarecimento dos fatos.

124) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Leia o fragmento a seguir.

“Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, _____”.

A esse respeito, analise as afirmativas que podem completar o fragmento acima.

I. quando decidirem processos administrativos de concurso ou seleção pública.

II. quando deixarem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discreparem de pareceres, laudos e propostas.

III. quando importarem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

125) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Em função das normas que embasam o processo administrativo e que visam ao cumprimento das finalidades precípua da administração, assim como a necessidade de preservação e proteção dos direitos do administrado, deverá ser impedido de participar de processo administrativo, o servidor ou autoridade que

- a) tenha participado como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.
- b) como pessoa física ou jurídica, o inicie como titular de direito ou de interesses individuais, no exercício do direito de representação.
- c) represente associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
- d) sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

e) tenha mais de dezoito anos, ressalvada a previsão especial em ato normativo próprio.

126) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

“Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, quando o recurso for dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo previsto na lei, o encaminhará à autoridade superior, salvo exigência legal”.

O prazo previsto na lei, mencionado no fragmento acima, é de

- a) cinco dias.
- b) sessenta meses.
- c) sessenta dias.
- d) dez dias.
- e) dez meses.

Licitações

127) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

Cometeu crime previsto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), aquele que:

- a) praticou delito de homicídio, matando um funcionário público que, à época do ilícito, era integrante da Comissão Permanente de Licitação;
- b) apropriou-se, na qualidade de funcionário público, de valor de que detinha a posse em razão do cargo, que seria utilizado para pagar sociedade empresária vencedora de licitação;
- c) desviou, para si, valendo-se da função pública que exerce, os bens adquiridos pelo poder público após processo licitatório;
- d) frustrou, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- e) subtraiu, para si, coisa alheia móvel decorrente da adjudicação do objeto da licitação, mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

128) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

Considere as afirmativas abaixo a respeito da Lei nº 8666 de 21.06.1993.

I - O projeto básico aprovado pela autoridade competente é obrigatório para se iniciar o processo licitatório.

II - O custo global da obra ou serviço é suficiente para se iniciar o processo licitatório, no entanto o orçamento detalhado é obrigatório para a execução da obra ou serviço.

III - A previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços é condição necessária para iniciar o processo licitatório.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) II e III.

129) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Lei de Licitações estabelece os princípios e objetivos do processo, a detecção da necessidade e a perfeita especificação do objeto, como o procedimento de compra e o processo licitatório, apurando os resultados desse processo.

Com relação às alterações da Lei, analise as afirmativas a seguir.

I. O processo de compra pública, procedimento comum da administração pública, tem seu roteiro determinado na Lei n. 8.666/93, alterada por outra, de número 8.883/94, bem como normas legais supervenientes.

II. A Lei n. 8.666/93, que substitui o Decreto-Lei n. 2.300/86, inovou o procedimento licitatório em vários pontos e, em especial, regulamentou a forma bastante completa os procedimentos que criam desembolsos para a Administração Pública e Privada.

III. Não existirá necessariamente procedimento licitatório de competição, mas sempre a Lei n. 8.666/93 deverá ser observada na contratação pública e privada, prevendo os casos de dispensa de licitação.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

130) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

A Lei nº 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A esse respeito, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração quando for detectado o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

() A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia.

() A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e V.
- b) V, V e V.
- c) V, V e F.
- d) V, F e V.
- e) F, F e V.

131) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

De acordo com a Lei nº 8666/93, nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços produzidos de acordo com o processo produtivo básico e

- a) com tecnologia desenvolvida no país.
- b) com mão de obra brasileira.
- c) com geração de impostos para o país.
- d) produzidos ou prestados por empresas com sede no país.
- e) produzidos ou prestados por empresas que geram empregos no país.

132) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei. De acordo com o valor e a natureza do serviço ou bem a ser contratado, o legislador estabeleceu determinada modalidade de licitação, com seu respectivo procedimento. Nesse contexto, são modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93:

- a) concessão, permissão, autorização, convite e leilão.
- b) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- c) concessão, tomada de preços, convite, pregão e alienação.
- d) concorrência, tomada de preços, convite, locação e maior lance.
- e) pregão, carta convite, dispensa, inexigibilidade e habilitação

133) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

Município de Pequenópolis realizou licitação, na modalidade tomada de preços, e contratou a empresa CAMINHÕES XX LTDA para prestar serviço de locação de caminhões a serem utilizados por servidores municipais em obras realizadas no primeiro distrito, no valor de 350 mil reais. Quinze dias após tal contratação, o Município lançou novo edital de licitação, também na modalidade tomada de preços, para locação de caminhões a serem utilizados por servidores municipais em obras realizadas no segundo distrito, no valor de 320 mil reais, sendo contratada a mesma empresa CAMINHÕES XX LTDA, que também venceu a segunda licitação. A conduta do administrador municipal no caso em tela

- a) é legal, porque o administrador tem liberdade para fazer quantas licitações autônomas forem necessárias, desde que observado o princípio da publicidade.
- b) é legal, porque foi observada corretamente a escolha da modalidade licitatória de acordo com o valor dos contratos.
- c) é ilegal, porque houve fracionamento de licitação, pois deveria ter sido feita uma só licitação englobando o primeiro e o segundo distritos, na modalidade concorrência.
- d) é ilegal, porque houve superfaturamento nas licitações, pois deveria ter sido feita uma só licitação englobando o primeiro e o segundo distritos, na modalidade tomada de preços.
- e) é ilegal, não pelo fracionamento ou superfaturamento (que não existiram), mas pela escolha errada da modalidade de licitação, uma vez que deveriam ter sido feitas duas concorrências.

134) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

Relacione as modalidades de licitação às respectivas características.

1. Concorrência
2. Tomada de Preços
3. Convite
4. Concurso

() Realizada entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório.

() Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

() Licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial.

() Realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Assinale a opção que indica a relação correta, de cima para baixo.

- a) 1 - 2 - 3 - 4
- b) 2 - 4 - 1 - 3
- c) 4 - 2 - 3 - 1
- d) 3 - 1 - 4 - 2
- e) 3 - 2 - 4 - 1

135) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

O orçamento integrante do edital da licitação para contratação da obra de reforma da sede de determinado órgão público apresenta o valor de R\$ 250.000,00. Assim sendo, assinale a alternativa que contém todas as modalidades de licitação que podem ser adotadas para contratar a referida obra por execução indireta e por regime de empreitada por preço global.

- a) Concorrência e tomada de preços.
- b) Tomada de preços e convite.
- c) Convite e concorrência.
- d) Convite, tomada de preços e concorrência.
- e) Dispensa e convite.

136) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

A Lei Federal nº 8.666/93 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Segundo esse instrumento legal, a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, é:

- a) concorrência;
- b) concurso;

- c) tomada de preços;
- d) leilão;
- e) convite.

137) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - 2013

Relacione as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 com suas respectivas definições:

1. Concorrência;
2. Tomada de preços;
3. Concurso.

() é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

() é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias;

() é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

A sequência correta é:

- a) 1, 3, 2;
- b) 2, 1, 3;
- c) 2, 3, 1;
- d) 3, 2, 1;
- e) 3, 1, 2

138) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

A modalidade de licitação entre interessados já devidamente cadastrados e outros que atendem às condições exigidas para cadastramento, observada a necessária qualificação, é definida pela Lei nº 8.666 como

- a) tomada de preços.
- b) menor preço.

- c) concurso.
- d) convite
- e) concorrência.

139) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

Segundo a Lei nº 8.666/93, a concorrência corresponde à modalidade de licitação entre

- a) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- b) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) interessados do ramo pertinente ao objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- d) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial.
- e) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

140) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A licitação é um procedimento de natureza obrigatória para que a administração pública possa contratar. Não obstante essa obrigatoriedade é possível que a lei contenha previsão de casos onde essa obrigatoriedade é flexibilizada.

Assinale a alternativa que dispõe de forma correta sobre a temática em questão.

- a) É possível contratar a compra de determinada marca sem licitação devido à inexigibilidade no caso.
- b) A contratação de artistas não está sujeita a licitação por ser essa dispensada no caso.
- c) Na contratação de serviços técnicos altamente especializados de natureza singular a licitação poderá ser dispensada.
- d) No caso de calamidade pública é possível a contratação através de dispensa de licitação.
- e) É possível contratar serviços de publicidade sem licitação por ser essa inexigível no caso.

141) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

A Constituição prevê que a Administração Pública, sempre que for contratar obras, serviços, compras e alienações, deve realizar procedimento licitatório para escolha do contratado. O texto

constitucional permite que o legislador ordinário crie exceções a obrigatoriedade de licitação. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

I. A licitação será inexigível quando houver impossibilidade de competição.

II. A enumeração, na lei, dos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação é feita de forma exaustiva.

III. Considera-se crime, quando feita de forma dolosa, a dispensa de licitação nos casos em que seria obrigatória a licitação.

Assinale se:

- a) somente I e II são verdadeiras.
- b) somente I e III são verdadeiras.
- c) somente II e III são verdadeiras.
- d) todas são verdadeiras.
- e) nenhuma é verdadeira.

142) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

Durante muitos anos, dezenas de famílias viveram exercendo atividade de catadores de material reciclável em antigo vazadouro de lixo municipal, chamado pela população de "lixão". Com a atual política nacional de resíduos sólidos, o vazadouro de lixo teve suas atividades encerradas e recebeu a devida remediação ambiental. Em seu lugar, o Município licenciou novo aterro sanitário, ecológica e ambientalmente equilibrado. As famílias que até então realizavam as atividades de catadores de material reciclado ficaram inicialmente sem trabalho, mas conseguiram formalizar uma cooperativa, formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis. Atualmente, o Município pretende contratar tal cooperativa para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. Esse contrato terá prazo de um ano, com valor total de quinhentos mil reais (compatível com o preço de mercado, diante das peculiaridades locais, tal como população e extensão do Município). Nesse caso, a respeito da necessidade e/ou modalidade de licitação, é correto afirmar que:

- a) é cabível a inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos legais.
- b) é cabível a dispensa de licitação, desde que preenchidos os requisitos legais.
- c) não é possível a inexigibilidade ou a dispensa de licitação, devendo ocorrer a licitação na modalidade adequada para a natureza e valor do contrato, qual seja, convite.
- d) não é possível a inexigibilidade ou dispensa de licitação, devendo ocorrer a licitação na modalidade adequada para a natureza e valor do contrato, qual seja, tomada de preços.

e) não é possível a inexigibilidade ou dispensa de licitação, devendo ocorrer a licitação na modalidade adequada para a natureza e valor do contrato, qual seja, concorrência.

143) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2014

No primeiro mês em que assumiu o cargo de Prefeito municipal, Joaquim constatou um verdadeiro caos na merenda das escolas municipais em razão da falta de alimentos. Assim, com dispensa de licitação, providenciou a compra de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizada diretamente com base no preço do dia. Com base na Lei nº 8.666/93, a conduta de Joaquim está:

- a) errada, porque a urgência no caso em tela ensejaria inexigibilidade de licitação;
- b) errada, porque a urgência no caso em tela teria o condão de permitir a troca da modalidade adequada de licitação (a depender do valor do contrato) pela carta convite, que é mais célere;
- c) errada, porque o princípio da continuidade do serviço público exige o planejamento para as contas públicas, não sendo possível a dispensa de licitação no caso em tela;
- d) correta, porque existe expressa previsão legal autorizando a dispensa de licitação no caso em tela;
- e) correta, porque independentemente da urgência, a compra de gêneros alimentícios do tipo perecíveis pode ocorrer sempre com dispensa de licitação, observado o preço de mercado.

144) FGV - TJ SC - Analista - Área Judiciária - 2015

Na Administração Pública, a contratação de serviços por meio de licitação visa garantir o melhor atendimento ao interesse público. Entretanto, existem situações legais, distintas entre si, em que é possível a inexigibilidade ou dispensa de realização de processo licitatório, como é o caso:

- a) da inviabilidade de competição, por ser singular o fornecedor do bem ou serviço;
- b) da existência de uma necessidade específica a ser atendida;
- c) da participação de um fornecedor em um processo licitatório prévio;
- d) de, apesar da viabilidade da competição, esta se tornar inexigível por seus malefícios serem superiores aos benefícios ao interesse público;
- e) da qualidade superior de um determinado fornecedor com relação aos outros.

145) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Em relação às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

() É dispensável a licitação para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

() É dispensável a licitação para a realização de obra nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento, desde que as parcelas de obras e serviços possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e F.
- b) F, F e V.
- c) F, V e F.
- d) V, F e V.
- e) V, F e F.

146) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

A inexigibilidade de licitação envolve a ideia de inviabilidade de competição, o que pode ocorrer por uma série de fatores, sendo um deles:

- a) a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água;
- b) a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão;
- c) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
- d) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- e) a notória especialização, cujos antecedentes, decorrentes de desempenho anterior, estudos, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

147) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - 2015

O fórum de determinada comarca do interior do Estado de Rondônia mudou de endereço e as novas instalações do Poder Judiciário na cidade não mais comportam sala para a Defensoria Pública. Desejando proporcionar melhores condições de trabalho para os Defensores Públicos e os cidadãos assistidos em geral, a Defensoria Pública optou pela locação de um imóvel situado ao lado do novo fórum, onde funcionava uma antiga pousada. Tal imóvel será destinado ao atendimento das finalidades precípua da Defensoria, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. Assim, após constatado que o preço do aluguel está compatível com o valor de mercado (sete mil reais por mês), segundo avaliação prévia, e adotadas todas as cautelas legais, a Defensoria Pública firmou o contrato de locação, pelo período inicial de três anos. No caso em tela, para que a contratação tenha sido formalizada de acordo com a legalidade, é correto afirmar que:

- a) foi necessariamente precedida de licitação, na modalidade convite;
- b) foi necessariamente precedida de licitação, na modalidade tomada de preços;
- c) foi necessariamente precedida de licitação, na modalidade concorrência;
- d) pode ter sido precedida de dispensa de licitação, diante de expressa previsão legal;
- e) pode ter sido precedida de inexigibilidade de licitação, diante de expressa previsão legal.

148) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - 2015

Um órgão federal da administração pública brasileira pretende contratar o João José, cantor sertanejo consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, através de seu empresário exclusivo, para a festa de inauguração da milésima unidade habitacional construída em um estado no presente ano. No que diz respeito ao previsto na Lei 8.666/93, a contratação:

- a) depende de licitação na modalidade concurso;
- b) depende de licitação na modalidade concorrência;
- c) depende de licitação na modalidade tomada de preços;
- d) não depende de licitação, pelo caso ser uma hipótese de dispensa;
- e) não depende de licitação, pelo caso ser uma hipótese de inexigibilidade.

149) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - Analista Jurídico - 2015

Com o objetivo de atender ao princípio da eficiência da Administração Pública e melhor capacitar seu quadro de pessoal, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende contratar determinada sociedade empresária de notória especialização para prestar serviços técnicos de natureza singular de treinamento e aperfeiçoamento de seu pessoal. O valor global do contrato é de trezentos mil reais e está de acordo com o preço de mercado. Na hipótese em tela, incide:

- a) a dispensa de licitação, pela inviabilidade de competição;
- b) a inexigibilidade de licitação, pela inviabilidade de competição;
- c) necessariamente a realização de prévia licitação, na modalidade concorrência;
- d) necessariamente a realização de prévia licitação, na modalidade tomada de preços;
- e) necessariamente a realização de prévia licitação, na modalidade convite.

150) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

A União pretende transferir as instalações do Ministério do Trabalho e Emprego na cidade de Cuiabá para uma nova sede, recém-construída. O antigo edifício será alienado para o Estado de Mato Grosso, que lá irá alocar a Secretaria de Estado de Saúde.

Nesse caso, considerando a legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) Tal alienação depende, unicamente, de licitação, na modalidade de concorrência.
- b) Tal alienação depende, unicamente, de avaliação prévia e de licitação, na modalidade de concorrência.
- c) Tal alienação depende de autorização legislativa, além de avaliação prévia e de licitação, na modalidade de concorrência.
- d) Tal alienação depende de autorização legislativa, além de avaliação prévia e de licitação, em qualquer modalidade.
- e) Tal alienação depende de autorização legislativa, além de avaliação prévia, dispensada a licitação.

151) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

O Estado de Goiás contratou fundação privada cujo regimento interno estabelece que a instituição é dedicada à recuperação social do preso, sem fins lucrativos e com inquestionável reputação ético-profissional, para prestar serviços relacionados à ressocialização da população carcerária estadual. O contrato observou o preço de mercado, mas foi celebrado com dispensa de licitação. A contratação em tela é:

- a) legal, porque observou hipótese de dispensa de licitação prevista na lei;
- b) legal, porque apesar de não ter observado o rol exemplificativo de dispensa de licitação previsto na lei, aplica-se analogicamente a dispensa por situações de relevante interesse social;
- c) ilegal, porque a hipótese seria de inexigibilidade de licitação;
- d) ilegal, porque a hipótese seria de concorrência, tomada de preços, pregão ou convite, de acordo com o valor do contrato;
- e) ilegal, porque a hipótese seria de concessão de serviço público de relevância social, precedida de licitação na modalidade concorrência.

152) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - 2015

Para as licitações de obras e serviços de engenharia na modalidade de execução de empreitada por menor preço global. Considere que todas as exigências para o processo licitatório tenham sido cumpridas por todos os participantes.

Assinale a opção que indica a proposta considerada vencedora.

- a) A que apresente o menor valor global.
- b) A que apresente o menor valor global, desde que superior ao preço inexequível.
- c) A que apresente o menor valor global, desde que inferior ao valor global da Administração.
- d) A que apresente o menor valor global, desde que inferior ao valor global da Administração e superior ao preço inexequível.
- e) A que apresente o menor valor global, desde que os custos dos itens estejam proporcionais aos apresentados pela Administração.

153) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A legislação brasileira impõe certos requisitos para a venda dos bens públicos.

Tendo em vista a disciplina da Lei n. 8.666/93 para a venda de bens imóveis, assinale a afirmativa correta:

- a) a venda de imóveis se dará sempre por meio de concorrência.
- b) venda de bens imóveis se dará sempre por meio de leilão.
- c) a venda de bens imóveis poderá se efetivar por meio de diferentes modalidades de licitação, a depender do valor do imóvel.
- d) a regra é que os imóveis sejam vendidos por meio de concorrência, mas é possível a venda por leilão em algumas hipóteses.
- e) a tomada de preços poderá ser utilizada na venda de imóveis advindos de processos judiciais ou de dação em pagamento.

154) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

A Lei Federal nº 8.666/93 trata, entre outros aspectos, da alienação de bens da Administração Pública. Quando se tratar de bens móveis, a alienação dependerá de avaliação prévia e de licitação, que só NÃO é dispensada no caso de:

- a) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;
- b) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

- c) permuta entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
- d) venda de materiais e equipamentos para igrejas ou outras instituições religiosas;
- e) doação para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.

155) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - 2015

A realização de uma licitação na modalidade pregão contempla uma fase preparatória e uma fase externa.

A fase externa deverá observar a seguinte regra:

- a) a autoridade justificará a necessidade, os critérios para aceitação das propostas e as cláusulas do contrato;
- b) a definição do objeto deve ser precisa e clara, sem informações irrelevantes que limitem a competição;
- c) as cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta;
- d) o pregoeiro e a equipe de apoio serão designados dentre os servidores do órgão;
- e) os autos do procedimento devem contemplar os elementos técnicos, como orçamento dos bens e serviços.

156) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - 2015

A respeito do Sistema de Registro de Preços, é correto afirmar que:

- a) representa o conjunto de procedimentos para registro formal de preços para contratações imediatas por parte da administração municipal de programas centralizados;
- b) é adequado para contratações infrequentes, de quantidade previamente estabelecida e com entregas únicas;
- c) permite que qualquer outro órgão realize adesão sem limite à quantidade de itens adicionais a serem adquiridos;
- d) prevê um órgão gerenciador das práticas de todos os atos de controle e administração;
- e) apresenta fornecedores que concordam em manter os valores registrados, sem correções, por período indeterminado.

157) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça - 2015

A Lei nº 8.666/93 estabelece que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com alguns princípios específicos. Dentre tais princípios, aquele que informa ser

o edital ou a carta convite a lei interna da licitação que deve ser respeitada pelo poder público e pelos licitantes, sob pena de invalidade do certame, é o princípio da:

- a) competitividade;
- b) impessoalidade;
- c) autotutela;
- d) vinculação ao instrumento convocatório;
- e) supremacia do interesse público.

158) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - 2015

A aquisição de bens e serviços comuns poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade de pregão, de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, que prevê duas fases: a fase preparatória e a fase externa.

Constitui uma característica da fase externa:

- a) apresentação do orçamento dos bens ou serviços a serem licitados;
- b) convocação dos interessados por meio de publicação de aviso em diário oficial;
- c) definição do objeto, em que são vedadas especificações excessivas que limitem a competição;
- d) designação do pregoeiro e respectiva equipe de apoio;
- e) justificativa da necessidade de contratação e definição do objeto.

159) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - 2015

Uma licitação pode ser enquadrada como inexigível em situações em que houver:

- a) aquisição de materiais ou equipamentos de representante comercial exclusivo devido à marca indicada;
- b) comprovação de exclusividade de fornecimento feita por atestado de órgão de registro do comércio do local, sindicato ou confederação patronal;
- c) contratação de profissional de setor tecnológico, desde que reconhecido tecnicamente pela organização;
- d) notória especialização comprovada em serviços de publicidade e divulgação;
- e) serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos e informatizados para equipamentos adquiridos pelo sistema de registro de preços.

160) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A modalidade de licitação, denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, tem lei específica.

Com relação a esta lei, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- () A aquisição do edital pelos licitantes, é condição para participação no certame.
- () O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, F e V.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, V e F.
- e) V, F e F.

161) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Em relação à licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, assinale a afirmativa correta.

- a) Os contratos celebrados pela União para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de tomada de preços.
- b) Os contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação pública na modalidade concorrência.
- c) Os contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação pública na modalidade pregão eletrônico.
- d) Para a aquisição de bens e serviços comuns pela União será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.
- e) A modalidade de licitação a ser adotada para a aquisição de bens e serviços comuns pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios dependerá do valor do objeto da licitação.

162) FGV - TJ GO - Analista - Área Judiciária - 2014

A licitação é um processo formal em que há competição entre os interessados, para as compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja, todos os entes federativos. A fase externa começa com a publicação da licitação e termina com o objetivo central, que é o contrato.

Quanto às modalidades desse processo, a mais recente, criada pela Lei nº 10.520/2002, que é do tipo menor preço, qualquer que seja o valor estimado, com disputa feita por propostas e lances sucessivos, em sessão pública ou eletrônica, é a:

- a) da tomada de preços, realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- b) do concurso, utilizada entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital;
- c) do convite, realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela Administração. É a modalidade mais simples, com divulgação através de afixação de cópia do convite em quadro de avisos;
- d) do pregão, facilitando a participação de mais empresas, de qualquer lugar, com mais economia, em processo transparente que pode ser acompanhado por todos, bastando, muitas vezes, apenas estar conectado à internet;
- e) da concorrência, na qual podem participar quaisquer interessados que, na fase de habilitação preliminar, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para execução do objeto da licitação.

163) FGV - DPE RO - Analista - Área Judiciária - 2015

Em matéria de licitação, o ordenamento jurídico estabelece que a modalidade de pregão:

- a) pode ser adotada para concessão de serviços públicos, que consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica, cujo valor do contrato seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- b) é conduzida pela comissão permanente de licitação que, por meio de seu presidente, deverá exigir dos licitantes garantia de proposta e aquisição do edital, como condição para participação no certame;
- c) inicialmente ocorre com a análise da habilitação definitiva de todos os licitantes e somente os que estiverem em situação regular participam da fase final, que é o julgamento da proposta mais vantajosa para a Administração Pública contratante;
- d) pode ser adotada para aquisição de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, independentemente do valor estimado do futuro contrato;
- e) é obrigatória para obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para compras e serviços comuns que não sejam de engenharia acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Contratos Administrativos

164) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Com relação à elaboração do contrato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. O contrato administrativo deve ser estruturado desde antes da divulgação da própria licitação, momento em que os interessados tomarão conhecimento da demanda por bem ou serviços, uma vez que deve ser anexada ao instrumento convocatório uma minuta do contrato a ser celebrado.

II. O contrato administrativo deve obedecer à exigência legal de estrutura, quanto à sua redação, assim como a sujeição dos contratantes às normas contidas na Lei de Licitações.

III. Os contratos administrativos celebrados pela administração devem conter cláusulas obrigatórias, conforme a Lei de Licitações.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se apenas a afirmativa III estiver correta.

165) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Para fins do processo licitatório, o instrumento jurídico que determina, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que compõem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, é denominado

- a) processo licitatório.
- b) procedimento licitatório.
- c) contrato.
- d) concorrência.
- e) tomada de Preço.

166) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Leia o fragmento a seguir:

“Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos

a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.”

Com base no fragmento acima, assinale a afirmativa que define a fase da contratualização de serviços, segundo a Lei de Licitações.

- a) Elaboração dos contratos.
- b) Rescisão dos contratos.
- c) Execução dos contratos.
- d) Alterações do contrato.
- e) Formalização do contrato.

167) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

Analise a fragmento a seguir.

“O atraso de pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.”

O prazo, previsto em lei específica, em relação aos dias de atraso que constituem motivo para rescisão do contrato, é

- a) inferior a sessenta dias.
- b) superior a noventa dias.
- c) inferior a noventa dias.
- d) superior a trinta dias.
- e) inferior a trinta dias.

168) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Em relação aos contratos administrativos, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os contratos referentes à prestação de serviços a serem executados de forma contínua admitem prorrogação, até o limite de 60 (sessenta) meses.
- b) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras ou serviços, já recebidos ou executados, confere ao particular o direito à rescisão unilateral do contrato.
- c) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

d) Os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

e) A rescisão unilateral do contrato pela Administração, em razão da inexecução do contrato por parte do particular, garante à Administração a assunção imediata do objeto do contrato.

169) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - 2015

Ao lidar com contratos administrativos públicos, realizados pela administração direta, é importante reconhecer suas características fundamentais, que as diferenciam dos contratos privados. Dentre elas encontra-se o reconhecimento da existência de cláusulas exorbitantes e a diferença de uma cláusula leonina.

É um exemplo de cláusula leonina a:

- a) alteração unilateral de contrato pelo contratante;
- b) aplicação de penalidades por inexecução do contrato;
- c) exigência de garantia na forma de caução em dinheiro;
- d) fiscalização e o acompanhamento do contrato;
- e) rescisão unilateral do equilíbrio econômico-financeiro.

170) FGV - TJ RO - Analista - Área Judiciária - 2015

A regra é que contratos administrativos podem ter prazos de vigência limitados ao exercício em que foram iniciados, ou seja, nos respectivos créditos orçamentários. Entretanto, há situações em que o prazo pode ser alterado, EXCETO a situação em que:

- a) o projeto ou suas especificações passem por alterações realizadas pela administração;
- b) a prestação de serviços for executada de forma contínua e for prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses;
- c) o aluguel de equipamentos tenha a duração de até 48 meses após o início da vigência do contrato;
- d) o contrato seja celebrado por prazo indeterminado devido à necessidade premente, imprevisível e sem justificativas;
- e) o projeto esteja contemplado no plano plurianual e a prorrogação esteja prevista no ato convocatório.

Intervenção do Estado na Propriedade Privada

171) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A autoexecutoriedade garante ao Estado a possibilidade de executar ações sem intervenção judicial.

Dentre as modalidades de intervenção, assinale a alternativa que contém apenas intervenções autoexecutáveis.

- a) Tombamento, servidão de caráter geral e limitação administrativa.
- b) Desapropriação, limitação administrativa e requisição administrativa.
- c) Ocupação temporária, servidão de caráter individual e requisição administrativa.
- d) Desapropriação, tombamento e servidão de qualquer espécie.
- e) Servidão de caráter individual, requisição administrativa e tombamento.

172) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A imposição de limitação de construir acima de determinado número de andares, para garantir a visibilidade de bem tombado, é denominada

- a) limitação administrativa.
- b) desapropriação indireta.
- c) servidão administrativa.
- d) requisição administrativa.
- e) tombamento indireto.

173) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - 2014

O poder público estadual resolveu realizar obras necessárias para reforma e manutenção de uma rodovia. Para tal, fez-se necessária a utilização transitória de alguns imóveis privados contíguos à via pública, como meio à execução das obras, especialmente para serem alocadas as máquinas, equipamentos e barracões de operários. Todos os proprietários dos terrenos a serem utilizados concordaram com a providência, exceto o Senhor Antônio, que alegou que a Constituição da República lhe assegura o direito de propriedade. Ao buscar orientação jurídica, Antônio foi informado de que a propriedade deve atender à sua função social e, por força da prevalência do interesse público sobre o privado, a utilização de seu imóvel pelo Estado é obrigatória, inclusive com indenização ao final, no caso de comprovado prejuízo. A modalidade de intervenção do Estado na propriedade no caso em tela é chamada de:

- a) poder de polícia.

- b) servidão administrativa.
- c) requisição temporária.
- d) ocupação temporária.
- e) desapropriação temporária.

174) FGV - TJ RJ - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2014

Autoridade competente declarou de utilidade pública, por meio de decreto, determinada faixa de terras de imóveis particulares, a fim de viabilizar a instalação de um empreendimento que executará serviços públicos utilizando gasodutos. Após acordo entre os proprietários dos imóveis situados na rota do gasoduto e o Poder Público, com indenização em valor equivalente ao prejuízo que os particulares irão suportar, houve a regular implantação dos gasodutos nas áreas privadas. O caso em tela descreve a forma de intervenção do Estado na propriedade caracterizada como direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo. Trata-se da:

- a) requisição;
- b) ocupação temporária;
- c) limitação administrativa;
- d) servidão administrativa;
- e) desapropriação.

175) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A intervenção do Estado na propriedade dar-se-á de modo a atender o interesse público. Essa intervenção também pode ocorrer para viabilizar a prestação de serviços públicos.

Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

- a) Promover, sempre diretamente, a desapropriação dos bens necessários à execução dos serviços públicos.
- b) Delegar poderes à concessionária para que esta declare o bem de utilidade pública e promova a desapropriação do mesmo e realize as suas expensas o pagamento da indenização.
- c) Declarar de utilidade pública os bens necessários a execução dos serviços, podendo delegar a concessionária poderes para a promoção da desapropriação, sendo o pagamento da indenização incumbência do poder concedente.
- d) Declarar de utilidade pública os bens necessários a execução dos serviços, podendo delegar a concessionária poderes para a promoção da desapropriação, sendo o pagamento da indenização nesse caso incumbência da concessionária.
- e) A desapropriação de bens para a prestação do serviço, sempre que for necessária, deverá ser feita pelo poder concedente à custa da concessionária.

176) FGV - TJ AM - Analista - Área Judiciária - 2013

A Constituição de 1988 trouxe, em seu texto, várias modalidades de desapropriação. Dentre essas modalidades, nem todas são indenizáveis previamente em espécie.

Assinale a alternativa que indica apenas hipóteses de indenização prévia em dinheiro.

- a) Necessidade pública e utilidade pública.
- b) Necessidade pública e descumprimento das exigências do plano diretor.
- c) Utilidade pública e desapropriação da propriedade improdutiva para fins de reforma agrária.
- d) Desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade improdutiva e desapropriação para atender o plano diretor.
- e) Utilidade pública e exigências do plano diretor.

177) FGV - DP DF - Analista - Área Judiciária - Judiciária - 2014

O desvio de finalidade na desapropriação, ou seja, o uso do bem desapropriado para fim diverso daquele mencionado no ato expropriatório denomina-se:

- a) retrocessão.
- b) desdestinação.
- c) adestinação.
- d) desapropriação indireta.
- e) tredestinação.

178) FGV - DPE RJ - Analista - Área Judiciária - 2014

A Constituição da República, no Art. 5º, dispõe que é garantido o direito de propriedade, mas alerta que a propriedade atenderá à sua função social. O Estado pode intervir na propriedade de forma supressiva, caso da desapropriação, que consiste em procedimento de direito público pelo qual o poder público transfere para si a propriedade de terceiro. Em tema de desapropriação, é lícito afirmar que

- a) os concessionários de serviços públicos podem promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.
- b) a desapropriação confiscatória ocorre quando há cultura ilegal de plantas psicotrópicas, não havendo indenização prévia ao proprietário, sendo ressarcido apenas o valor venal do imóvel (sem benfeitorias), após avaliação judicial.
- c) os Estados podem desapropriar bens da União e dos Municípios, quando houver interesse público, com prévia indenização.
- d) bens móveis não podem ser desapropriados.

e) a desapropriação tem duas fases: a decretatória (com o decreto de interesse público feito pelo chefe do poder executivo) e executória (sendo imprescindível processo judicial no qual se discute o valor da indenização).

179) FGV - DPE MT - Analista - Área Judiciária - Advogado - 2015

Devido à alteração do projeto de construção de uma rodovia, as obras foram paralisadas, diante da necessidade de desapropriar um terreno que será cortado pela nova pista. Após tentar, sem sucesso, contato com o proprietário do terreno, a Administração autorizou o prosseguimento das obras, de grande importância para a economia da região.

Seis meses depois, o proprietário do terreno, toma ciência de que o seu terreno foi ocupado pela Administração para a construção da rodovia.

Nesse caso,

- a) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo, incidindo juros compensatórios desde a ocupação.
- b) é cabível ação reivindicatória, para que o proprietário do imóvel reaver o seu terreno, diante do apossamento administrativo.
- c) é cabível ação de reintegração de posse, tendo em vista o apossamento administrativo sobre o terreno particular.
- d) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo, não havendo, entretanto, previsão de incidência de juros compensatórios ou moratórios.
- e) o proprietário do Terreno poderá optar pelo ajuizamento de uma ação reivindicatória ou pelo ajuizamento de uma ação de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo.

Gabarito

1) B	2) E	3) E	4)B	5) B	6) B
7) D	8) E	9) A	10)B	11) A	12) D
13) C	14) E	15) A	16)C	17) B	18) D
19) E	20) D	21) E	22)B	23) C	24) D
25) E	26) B	27) C	28)E	29) E	30) E
31) B	32) C	33) B	34)C	35) B	36) A
37) C	38) C	39) C	40)A	41) A	42) C
43) A	44) A	45) B	46)D	47) B	48) E
49) C	50) D	51) A	52)A	53) D	54) E
55) C	56) C	57) D	58)B	59) C	60) A
61) B	62) B	63) D	64)E	65) C	66) D
67) C	68) B	69) E	70)E	71) C	72) D
73) A	74) D	75) E	76)A	77) B	78) C
79) C	80) A	81) C	82)A	83) B	84) A
85) E	86) D	87) A	88)E	89) B	90) C
91) A	92) D	93) D	94)C	95) E	96) A
97) C	98) A	99) E	100)E	101) E	102) C
103) E	104) E	105) E	106)C	107) E	108) C
109) A	110) E	111) E	112)C	113) B	114) B
115) B	116) E	117) E	118)D	119) B	120) D
121) E	122) E	123) D	124)E	125) A	126) A
127) D	128) D	129) A	130)B	131) A	132) B
133) C	134) D	135) A	136)B	137) C	138) A
139) A	140) D	141) B	142)B	143) D	144) A
145) D	146) E	147) D	148)E	149) B	150) E
151) A	152) D	153) D	154)D	155) C	156) D
157) D	158) B	159) B	160) E	161) D	162) D
163) D	164) D	165) C	166)E	167) B	168)B
169) E	170) D	171) A	172) C	173) D	174)D
175) D	176) A	177) E	178) A	179) A	